

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 169/2022
Data: 23/12/2022

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
TARCÍSIO VAI A LULA PARA TENTAR MANTER DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS	4
EMPRESÁRIOS ELOGIAM ESCOLHA DE MÁRCIO FRANÇA PARA MINISTÉRIO E DESTACAM DESAFIOS	5
FUTURO MINISTRO DE LULA, MÁRCIO FRANÇA DESCARTA DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS.....	6
PORTO DE SUAPE CONTARÁ COM TERMINAL DE GÁS DE R\$ 2 BILHÕES.....	7
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF	8
PORTO DE SANTOS GANHA SELO DE SEGURANÇA INTERNACIONAL	8
MOVIMENTAÇÃO ACUMULADA DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS BATE RECORDE ESTABELECIDO EM 2021 JÁ EM NOVEMBRO.....	9
GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF	9
GOVERNO ZERA IMPOSTOS DO SETOR AÉREO PELOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS	9
METRÔ DE BELO HORIZONTE É CONCEDIDO À INICIATIVA PRIVADA COM ÁGIO DE 33,9% SOBRE O VALOR MÍNIMO.....	10
MINISTÉRIO INFORMA SER POSSÍVEL DESBLOQUEAR R\$ 547,3 MILHÕES EM DESPESAS DISCRICIONÁRIAS, APÓS.....	12
PLANO SAFRA CONCEDE CRÉDITO DE MAIS DE R\$ 340 BILHÕES AOS PRODUTORES RURAIS.....	14
MEDIDA PROVISÓRIA PRORROGA POR DOIS ANOS CRÉDITO PRESUMIDO E CONSOLIDAÇÃO PARA MULTINACIONAIS BRASILEIRAS	15
MODERNIZAÇÃO DE COMPRAS PÚBLICAS AUMENTA TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES DO GOVERNO ...	16
BE NEWS – BRASIL EXPORT	17
EDITORIAL – O DESAFIO DE FRANÇA	17
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	18
Relatório 1	18
Relatório 2	18
Relatório 3	18
Relatório 4	18
NACIONAL - "AUTORIDADE PORTUÁRIA VAI CONTINUAR ESTATAL", DIZ FUTURO MINISTRO DOS PORTOS.....	18
REGIÃO SUDESTE - LIDERANÇAS DO SETOR PORTUÁRIO APROVAM INDICAÇÃO DE FRANÇA PARA MINISTÉRIO	20
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE VITÓRIA CELEBRA PRIMEIRO CONTRATO APÓS PRIVATIZAÇÃO PARA O SETOR DE ÓLEO E GÁS	21
REGIÃO NORDESTE - APÓS PRIMEIRA EXPORTAÇÃO, ZPE PARNAÍBA AGUARDA NOVAS EMPRESAS	22
REGIÃO NORTE - GOVERNO DE RORAIMA QUER IMPLANTAR PORTO SECO EM BOA VISTA	23
REGIÃO SUL - PORTOS DO RS REGISTRAM QUEDA DE 18,19% NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS.....	24
NACIONAL – VITRINE.....	25
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	26
PORTARIA DA RECEITA RESTABELECE SEGURANÇA JURÍDICA ÀS OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO NO BRASIL	27
MAPA E ABDI CELEBRAM ACORDO COM FOCO EM SUSTENTABILIDADE.....	28
COM MODELO DE AUTORIZAÇÃO, PARANÁ PREVÊ EXPANSÃO DE NOVAS FERROVIAS	28
EMPRESA DE INVESTIMENTOS SAUDITA GASTA US\$ 2,4 BILHÕES EM ATIVOS DA DP WORLD	30
TAXAS PERMANECERÃO ESTÁVEIS PARA SEGURO DE CARGAS DE GRÃOS DA UCRÂNIA, DIZ ASCOT	31
JORNAL O GLOBO – RJ	31
O PAPEL DA PESQUISA E O FUTURO DAS PRÁTICAS ESG	31
MUSK DIZ QUE VAI SUSPENDER A VENDA DE AÇÕES DA TESLA POR PELO MENOS DOIS ANOS	33
PREÇO DA GASOLINA FICA ABAIXO DOS R\$ 5 E CAI NOS POSTOS PELA QUINTA SEMANA SEGUIDA, DIZ ANP	34
ORÇAMENTO SECRETO MUDA, MAS DIVISÃO DE VERBA É IGUAL	35
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	36
EQUIPE DE LULA RECOMENDA FIM DE PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DE PETROBRAS E MAIS SEIS ESTATAIS.....	37
BANCO DO BRASIL ABRE CONCURSO PARA 6 MIL VAGAS COM SALÁRIO DE R\$ 3,6 MIL	37
TOKENIZAÇÃO DA ECONOMIA GANHA FORÇA NO BRASIL COM ADESÃO DE BANCOS E FUNDOS	38
AGRONEGÓCIO DEVE RESPONDER POR METADE DA ALTA DO PIB DE 2023.....	40
SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES PREVÊ INVESTIR R\$ 35 BILHÕES EM 2023.....	42
TARCÍSIO VAI A LULA PARA TENTAR CONVENCER GOVERNO FEDERAL A MANTER LEILÃO DO PORTO DE SANTOS	43



VALOR ECONÔMICO (SP).....	45
RUMO AMPLIARÁ ATUAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-NORTE DO PAÍS	45
RJ TERÁ PLATAFORMA PARA CONECTAR FORNECEDORES E CONSUMIDORES EM GERAÇÃO SOLAR DISTRIBUÍDA	47
LULA ANUNCIA MINISTROS DO PT, PSB E MILITÂNCIA NA SOCIEDADE CIVIL	48
TRANSIÇÃO QUER 'REVOGAÇÃO' DE SIGILOS E DECRETOS SOBRE ARMAS.....	50
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	51
EMBARCADORES VEEM AVANÇOS E SUGEREM MELHORIAS EM NORMA SOBRE DIREITOS E DEVERES DE USUÁRIOS E PRESTADORES.....	51
TECMAR ADQUIRE GRUPO OLIVA PINTO.....	54
SETOR PORTUÁRIO BATE RECORDE NA MOVIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS EM OUTUBRO COM PARTICIPAÇÃO DE MAIS DE 80% DOS TUPS	55
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	55
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIM.COM	55



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TARCÍSIO VAI A LULA PARA TENTAR MANTER DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Governador eleito deve propor conversa após Márcio França anunciar que o complexo portuário não será privatizado

Por: *Estadão Conteúdo*



Governador eleito em São Paulo, Tarcísio de Freitas deve conversar com Lula sobre o Porto de Santos Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

O governador eleito de São Paulo Tarcísio de Freitas vai propor uma conversa com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e o futuro ministro de Porto e Aeroportos, Márcio França, anunciado nesta quinta (22), para tentar convencer a nova gestão federal de que é preciso avançar com o leilão do Porto de Santos, maior complexo portuário da América Latina.

Mais cedo, após ter sido nomeado, França afirmou que o Porto de Santos, em São Paulo, não seria mais concedido à iniciativa privada. Ele disse que a decisão está tomada e que o governo vai manter a atual estrutura da Autoridade Portuária.

O plano de concessão, que estava previsto para os próximos meses, era aguardado como a segunda maior concessão do governo Bolsonaro, depois da oferta de ações da Eletrobras. A minuta do edital vem sendo analisada pelo Tribunal de Contas da União.

O Estadão apurou que essa deve ser uma das primeiras agendas de Tarcísio no início de seu mandato, para tentar dar andamento à privatização do porto, rota de entrada e saída de 29% de todas as transações comerciais do Brasil.

Questionado pelo Estadão, França foi taxativo. "Não será feito o leilão. A autoridade portuária vai continuar estatal. O que faremos são concessões de áreas dentro do porto, de terminais privados. Onde já foi feito, a gente respeita. Agora, há situações que não foram homologadas e que vão passar pelo crivo dos técnicos", disse. Segundo ele, foi solicitado um adiamento do processo para que o presidente possa "opinar."



O futuro ministro de Porto e Aeroportos afirmou que o porto de Santos, não seria mais concedido à iniciativa privada Foto: Nirley Sena

Dentro do governo paulista, a aposta é que, com diálogo, seja possível reverter a posição de França. Segundo interlocutores, Tarcísio, que já foi ministro da Infraestrutura, acredita que, ao se aprofundar no assunto, o governo petista restará convencido de que a oferta do porto é o caminho para garantir os investimentos necessários para a expansão de uma estrutura já limitada.

Tarcísio tem sinalizado que vai buscar uma relação de parceria com o governo Lula. Procurado, ele não quis comentar.

O tema é de tal relevância para o novo governo paulista, que, segundo o Estadão apurou, Tarcísio já acionou Gilberto Kassab, que ocupará o cargo de Secretário de Governo, para falar com o futuro governo.

O que está em jogo é um leilão que previa investimentos de R\$ 18,5 bilhões em melhorias, ampliação e manutenção. Outros R\$ 2,9 bilhões seriam reservados para a construção de um túnel submerso para ligar Santos a Guarujá.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/12/2022

EMPRESÁRIOS ELOGIAM ESCOLHA DE MÁRCIO FRANÇA PARA MINISTÉRIO E DESTACAM DESAFIOS

Anunciado nesta quinta (22) como ministro dos Portos e Aeroportos, França teve aval de dirigentes da Fenop e da Abtra

Por: Fernanda Balbino



O presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias, Sérgio Aquino Foto: Alberto Marques/ AT

A indicação de Márcio França para o Ministério dos Portos e Aeroportos foi bem recebida por empresários e trabalhadores. Agora, segundo entidades que representam operadores portuários, entre as prioridades, estão nomeações técnicas para a Santos Port Authority (SPA), investimentos nos acessos terrestres e aquaviários, além da descentralização da gestão e revisões na legislação.

“Primeiro, é positivo termos um ministério com foco e força de ministério para a área portuária. Lembrando que já tivemos uma experiência nesse sentido, no segundo governo Lula, que eu computo como um dos melhores momentos do sistema portuário brasileiro”, afirmou o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino.

Ele se refere ao período em que foi criada a Secretaria Especial de Portos (SEP), que teve status de ministério e estava sob o comando de Pedro Brito. O ex-ministro, técnico do setor, tinha ligações com o PSB, partido de França.



“Há o retorno de uma lógica partidária. O detalhe importantíssimo é que o Márcio França conhece a região, conhece porto e vive isso há muito tempo. Na época do Pedro Brito, ele (França) era deputado federal e havia ligação dele com a área”, destacou Aquino.

O diretor da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados, Angelino Caputo Foto: Carlos Nogueira/AT

A mesma opinião tem o diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo. “Márcio França é um político da Baixada Santista que conhece o Porto de Santos, o maior da América

Latina, o que o credencia para conduzir o setor portuário nacional, principalmente se for assessorado por uma equipe técnica competente”.

Para o presidente da Fenop, o que se espera, agora, é atenção especial aos nomes dos gestores das administrações portuárias para que sejam nomeados executivos com conhecimento da área. “É perfeitamente possível conciliar visão política com cuidado e perfil técnico na gestão”.

Entre as pautas já encaminhadas pela coalizão de empresários do setor à equipe de transição, também estão pedidos de uma revisão na legislação laboral e a descentralização da gestão portuária. Isto inclui o retorno das deliberações do Conselho de Autoridade Portuária (CAP).

“O foco conseguido com um ministério que irá se concentrar apenas em portos e aeroportos é positivo. Porém, também é necessário contemplar a intermodalidade logística, o que demanda uma boa sinergia com o futuro Ministério dos Transportes. Conseguindo-se essa integração, o modelo poderá trazer avanços para o setor”, destacou Caputo.

Trabalhadores

Entre os trabalhadores da estatal que administra o cais santista, a indicação de França também foi bem recebida. O novo ministro já havia recebido a pauta de prioridades dos portuários, em reunião realizada em setembro, durante sua campanha para o Senado Federal. Na ocasião, representantes de vários sindicatos do Porto entregaram um documento com reivindicações da categoria: em favor da Autoridade Portuária pública; manutenção de trecho de cais público; defesa do fundo de pensão Portus e fortalecimento da guarda portuária.

“É muito positiva essa indicação. Já tivemos diálogo para colocar as nossas prioridades. Com conhecimento da região e, por conhecer o setor, só vamos ter ganhos”, afirmou o presidente do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport), Everandy Cirino dos Santos. Agora, segundo o sindicalista, França precisa ter atenção e agilidade na escolha da equipe que vai comandar a Santos Port Authority (SPA). “Ele precisa ser rápido e retirar os executivos da outra gestão, formando uma equipe técnica competente”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/12/2022

FUTURO MINISTRO DE LULA, MÁRCIO FRANÇA DESCARTA DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Segundo o novo comandante da pasta de Portos e Aeroportos, apenas terminais serão arrendados

Por: Fernanda Balbino



França será ministro de Portos e Aeroportos no Governo Lula Foto: Nirley Sena

Márcio França será o ministro dos Portos e Aeroportos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Logo após o anúncio, feito na quinta-feira (22) pelo presidente eleito, o ex-governador de São Paulo informou que será realizado um levantamento da situação dos complexos portuários brasileiros, incluindo o de Santos, e garantiu que a Autoridade Portuária continuará estatal, destacando que apenas terminais do cais santista serão arrendados.

A indicação de França para a pasta já havia sido adiantada por A Tribuna nesta semana, assim como a criação de um ministério que cuidará dos setores portuário e aeroportuário. Ambos os anúncios foram comemorados por empresários e trabalhadores do cais santista.

França é formado em Direito e está na carreira política há mais de 30 anos. Além de ser prefeito de São Vicente, foi deputado federal por dois mandatos consecutivos, em 2006 e 2010, e também foi eleito vice-governador de São Paulo, na gestão de Geraldo Alckmin, e assumiu o comando do estado entre 2018 e 2019.

“A Autoridade Portuária vai continuar estatal e o que a gente faz são concessões de áreas dentro do Porto, terminais privados”, destacou o ministro, após o anúncio de sua indicação para a pasta. “Dos portos hoje, a maioria é lucrativa. Para fazer uma concessão para o privado, tem que ter um grau de vantagem que tenha, especialmente, novos investimentos, mas com um prazo que seja o nosso prazo”.

Apesar do plano de manter as autoridades portuárias públicas, França destacou que o que já foi concedido será mantido. É o caso da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que foi leiloada em março, por R\$ 106 milhões pelo fundo de investimentos Shelf 119 Multiestratégia, da gestora Quadra Capital.

“A lógica que eles tinham seguido no governo anterior praticamente só dos portos que eles concederam, que foi o do Espírito Santo (Vitória e Barra do Riacho) que, segundo o governador, está dando certo. Dando certo, tudo bem, não há problema”, afirmou França.

Gestão

O novo ministro também falou sobre a gestão técnica do Porto de Santos. “É um porto que já deu muito problema antigamente. Depois, quando foi criado o Ministério dos Portos, por nossa sugestão, passou ter uma gestão mais profissional, passou a produzir lucro, acabou de anunciar que bateu mais um recorde”.

Na época em que foi deputado federal, França foi o relator do projeto que criou a extinta Secretaria Nacional de Portos (SEP), em 2007. Pela proximidade com a região e por já ter atuado na criação da pasta, o futuro ministro já sabe o que vai encontrar pela frente e a partir de agora, promete um raio X minucioso da situação do cais santista.

“É um porto apertado porque seria mais para contêiner e o granel é problemático porque estamos no meio da Cidade. Mas, de qualquer maneira, é um porto completamente estabelecido porque tudo acaba indo por lá pela facilidade do deslocamento”, destacou sobre o Porto de Santos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/12/2022

PORTO DE SUAPE CONTARÁ COM TERMINAL DE GÁS DE R\$ 2 BILHÕES

Anúncio foi feito pelo Governo de Pernambuco na última semana, garantindo competitividade comercial ao estado

Por: ATribuna.com.br



O Porto de Suape, em Pernambuco Foto: Divulgação

O Porto de Suape, em Pernambuco, contará com um terminal de gás que exigirá investimentos de R\$ 2 bilhões. Além de centenas de oportunidades de trabalho para construção, a iniciativa vai gerar 240 empregos fixos no empreendimento, batizado de Regás e que será controlado pela holding OnCorp. A operação terá a participação da Shell.

Para o diretor-presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape, Francisco Martins, o Regás dará maior competitividade comercial a

Pernambuco, garantindo mais opções às indústrias e outros setores da cadeia produtiva. “Teremos um player privado fazendo a regaseificação em Suape e oferecendo o produto para o mercado, trazendo economia nos custos de produção e, conseqüentemente, redução de preços para os consumidores”.

De acordo com o diretor-executivo da OnCorp, João Mattos, a posição geográfica do porto foi levada em conta para a instalação do terminal, Ele também destacou um diferencial de Suape em relação a outros portos brasileiros.

“Um fator importante é a vocação do Porto de Suape, que tem um grande polo industrial na própria planta. Você não encontra isso com facilidade em outros portos brasileiros”.

O Regás funcionará no Cais de Múltiplos Usos (CMU) de Suape, que passará a funcionar somente para esse tipo de operação. A área arrendada é de 33.375 metros quadrados e o complexo será remunerado em R\$ 6,2 milhões pela cessão de 48 meses.

A operação se dará por meio de um navio-indústria que ficará ancorado no CMU. A transformação do gás natural liquefeito (GNL) na forma gasosa será realizada pelo navio, conectado por gasodutos a uma estação de transferência, para posterior distribuição a cidades de Pernambuco e estados vizinhos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 23/12/2022

Com a certificação, complexo portuário volta a ganhar reconhecimento internacional em quesitos de segurança



Com o selo, o complexo portuário ganha mais credibilidade no cenário internacional/crédito da foto: Santos Port Authority Na foto: Wagner Pinheiro de Almeida, Superintendente da Guarda Portuária da Santos Port Authority; Fernando Biral, diretor-presidente da Santos Port Authority; Marcelo João da Silva, presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – Conportos; Marcelo Ribeiro, Diretor de Operações da Santos Port Authority; Luciana Fuschini Nave, Coordenadora da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias

Navegáveis de São Paulo - Cesportos-SP

ASantos Port Authority (SPA) recebeu, nesta quinta-feira (22), a Declaração de Cumprimento das disposições do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias (Código ISPS), concedida pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos). A certificação foi entregue após aprovação do Plano de Segurança Portuária e garante que o complexo portuário atende a todas as exigências estabelecidas por normas internacionais.

A entrega ocorre cinco anos após a suspensão da Declaração de Cumprimento do Código ISPS, em 2017, devido a não conformidades apontadas no sistema de segurança do porto. De lá para cá, a SPA atendeu a todas as solicitações da Conportos, com a aplicação de diversos procedimentos



operacionais e investimento de R\$ 55 milhões. Com o código ISPS, o complexo portuário de Santos ganha não só garantia de melhor segurança como maior credibilidade no cenário internacional.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 23/12/2022

MOVIMENTAÇÃO ACUMULADA DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS BATE RECORDE ESTABELECIDO EM 2021 JÁ EM NOVEMBRO

Expectativa é de que mais de 160 milhões de toneladas sejam movimentadas pelo porto até o final de dezembro, completando quatro anos de recordes consecutivos

Asoma da movimentação acumulada de cargas no Porto de Santos chegou a 150,4 milhões de toneladas em novembro, superando a movimentação acumulada registrada em todo ano passado, que foi de 147 milhões de toneladas, e um crescimento de 11,5% em relação ao período janeiro-novembro de 2021. Os embarques chegaram a 109,8 milhões de toneladas (crescimento de 15,7%) e os desembarques totalizaram 40,6 milhões de toneladas (aumento de 1,5%). O fluxo de navios nesses 11 meses foi de 4.757 atracações (crescimento de 7,4%).

Todos os segmentos de carga apresentaram crescimento significativo, com o estabelecimento de suas maiores marcas para o período. A carga geral solta somou 8,9 milhões de toneladas (crescimento de 42,3%), com destaque para a celulose (7,4 milhões de toneladas). Os granéis sólidos acumularam 76,2 milhões de toneladas (alta de 16,7%), dos quais destacaram-se os embarques de soja em grão (25,4 milhões de toneladas), milho (13,3 milhões de toneladas), e açúcar (18,9 milhões de toneladas) e as descargas de fertilizantes (7,4 milhões de toneladas). Por fim, os granéis líquidos tiveram alta de 4,6%, somando 17,4 milhões de toneladas, das sobressaíram o óleo combustível (2,8 milhões de toneladas) e os sucos cítricos (2,4 milhões de toneladas).

A movimentação no mês de novembro também foi recorde, com 12,2 milhões de toneladas e crescimento de 8,2% sobre o mesmo mês do ano passado. Foram 378 mil TEU (unidade equivalente a 1 contêiner de 20 pés) movimentados durante o mês.

A participação acumulada do Porto de Santos na corrente comercial brasileira permaneceu no patamar de 29%. Aproximadamente 25% das transações comerciais do Brasil com o exterior que utilizaram o complexo portuário de Santos tiveram a China como país parceiro. O estado de São Paulo continua com a maior participação (44,1%) nas transações comerciais com o exterior por meio do Porto de Santos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 23/12/2022



Governo Federal

Ministério da Economia

GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF

GOVERNO ZERA IMPOSTOS DO SETOR AÉREO PELOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS

Medida pretende incentivar retomada de negócios prejudicados pela pandemia

O presidente da República, Jair Bolsonaro, editou a Medida Provisória 1147/22 com a finalidade de zerar as alíquotas do PIS e Cofins sobre as receitas do setor aéreo, um dos mais prejudicados pela pandemia da Covid-19. Segundo o Ministério da Economia, a MP vai reduzir custos operacionais e tem potencial para fomentar um crescimento das atividades no setor pelos próximos quatro anos.

Publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (21/12), a MP faz alterações no texto da Lei 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de



Eventos (Perse) – lançado para estabelecer ações emergenciais e temporárias, a fim de compensar os efeitos decorrentes da crise sanitária provocada pelo coronavírus desde o começo de 2020.

Uma das principais modificações que entram em vigor com a Medida Provisória 1147/22 é o corte dos tributos (alíquotas do PIS e Cofins) sobre recursos provenientes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros nos próximos quatro anos. O benefício se aplica às receitas obtidas no período entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2026.

De acordo com o Governo Federal, o texto da MP 1147/22 “tem por finalidade viabilizar a operacionalização da redução das alíquotas a zero, estipulando de maneira precisa a forma como o incentivo se dará”.

Para evitar despesas e a necessidade de um ressarcimento [por parte dos beneficiários] de créditos auferidos a partir do lançamento do Perse, a Medida Provisória dispensa a retenção na fonte dos tributos envolvidos no programa e afasta a possibilidade de manutenção dos créditos do PIS e da Cofins vinculados às receitas que estejam com as alíquotas dessas contribuições reduzidas a zero por cento.

A simples alteração da Lei nº 14.148, de 2021, não resultará em renúncia de receitas tributárias, segundo o Ministério da Economia. Já a redução a zero por cento das alíquotas do PIS e da Cofins para o setor aéreo não causa impacto nas receitas do exercício 2022, dado o início da vigência em 2023.

Para os exercícios seguintes, a implementação da medida implica renúncia de receita da ordem de R\$ 505 milhões para 2023, R\$ 534 milhões para 2024 e de R\$ 564 milhões para 2025.

Relevância e urgência da MP

A relevância e urgência da medida se justificam pelo risco de litigiosidade decorrente de possíveis interpretações do texto original da Lei nº 14.148, de 2021, que poderiam vir a comprometer o orçamento público e o cumprimento das metas do teto de gastos, e pelo risco de que ocorra uma crise na atividade de transporte aéreo regular de passageiros– o que poderia vir a comprometer a continuidade de prestação desse serviço.

A medida entre em vigor na data da sua publicação e, com relação à impossibilidade de manutenção dos créditos do PIS e da Cofins vinculados às receitas que estejam com as alíquotas dessas contribuições reduzidas a zero por cento em razão do Perse, passa a produzir efeitos a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da sua publicação.

Para ser convertida em Lei, a Medida terá que ser aprovada pelo Poder Legislativo nos próximos 120 dias.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 23/12/2022

METRÔ DE BELO HORIZONTE É CONCEDIDO À INICIATIVA PRIVADA COM ÁGIO DE 33,9% SOBRE O VALOR MÍNIMO

Empresa Comporte Participações terá de construir nova linha e 8 estações; investimento previsto é de R\$ 3,5 bilhões em 30 anos

O metrô de Belo Horizonte foi concedido à iniciativa privada, nesta quinta-feira (22/12), em leilão realizado na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. A Comporte Participações S.A. apresentou oferta de R\$ 25,755 bilhões, o que significa ágio de 33,9% sobre o valor mínimo de R\$ 19,324 bilhões. Com a privatização fica assegurado investimento de R\$ 3,5 bilhões ao longo dos 30 anos da concessão, por parte do novo operador privado, inclusive com a construção de uma segunda linha de transporte. Atualmente, o sistema tem 19 estações, com cerca de 28 quilômetros de extensão, em uma só linha de operação. A última expansão foi realizada em 2002.

Confira o vídeo do leilão.

https://www.youtube.com/watch?t=70&v=kr7tV75_3IA&feature=youtu.be

A operação foi estruturada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal vinculada ao Ministério da Economia. A privatização do metrô de Belo Horizonte remete a um processo iniciado em maio de 2019, quando o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) emitiu recomendação pela desestatização da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), controladora do metrô de Belo Horizonte (Resolução CPPI nº 60, de 8/5/2019).



Representantes do Ministério da Economia participam do leilão do metrô de Belo Horizonte. Foto: Washington Costa/ME.

“O leilão de hoje coroa a estratégia de colocar em prática as melhores políticas públicas para, assim, melhorar a vida do povo. É isso que a gente tem de fazer: respeitar o uso dinheiro da população e melhorar a vida das pessoas, todos os dias. Essa tem de ser a nossa missão”, disse o ministro da Economia em exercício, Marcelo Guarany. Ele ressaltou os esforços executados nos últimos quatro anos no

aprimoramento do ambiente de negócios, com redução da burocracia e estímulos aos investimentos privados. “O Brasil é hoje o segundo maior governo digital do mundo, facilitando a vida do cidadão e do investidor, aumentando a produtividade”, destacou Guarany.

O secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Pedro Maciel Capeluppi, ressaltou que a concessão permitirá, entre outros pontos, avançar rumo à construção da linha 2 do metrô da capital mineira, obra esperada há mais de 20 anos. Ajudará também a melhorar a operação da linha 1, já existente. “Este trabalho, antes e acima de tudo, teve como grande objetivo melhorar a vida do cidadão mineiro, que usa o metrô. Esta e todas as outras privatizações que fizemos têm que ser vistas como uma busca pela melhoria da eficiência da prestação do serviço.”, afirmou Capeluppi.

“Trata-se de um projeto desafiador, mas que certamente será também muito recompensador. Viabilizará uma melhoria sensível para a mobilidade urbana na região metropolitana de BH e, conseqüentemente, na vida do cidadão”, declarou o secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Bruno Westin Leal. Ele destacou a importância do trabalho em parceria, envolvendo equipes do Ministério da Economia, do BNDES, da CBTU e do governo de Minas Gerais, que culminou no êxito de leilão.

“Quero dar os parabéns à toda a equipe do Ministério da Economia, do BNDES, que estiveram envolvidas”, afirmou o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, ao falar sobre a relevância dos investimentos privados para promover o desenvolvimento regional. “Estamos encerrando esse primeiro governo nosso, com R\$ 270 bilhões de investimentos privados atraídos para o estado”, comentou.

O secretário de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais, Fernando Marcato, explicou os próximos passos da transição no metrô de Belo Horizonte. Segundo ele, dentro de aproximadamente um mês, a comissão de licitação vai avaliar a documentação da empresa vencedora, com estimativa de assinatura final do contrato em março de 2023. Conforme Marcato, o reforço dos investimentos, por parte do novo investidor privado, começará já no próximo ano.

Detalhamento



A operação que permitiu a concessão do metrô de Belo Horizonte consiste na alienação das ações correspondentes à integralidade do capital social do Veículo de Desestatização MG Investimentos S/A (VDMG) associada à outorga, pelo Estado de Minas Gerais, da concessão do serviço público de transporte metroferroviário de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A vencedora do leilão, por meio da subsidiária Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU-MG), passa a ser responsável pela gestão, operação e manutenção da rede, incluindo a Linha 1 (linha Novo Eldorado–Vilarinho) e a Linha 2 (linha Nova Suíça-Barreiro), detalha o BNDES.

Atualmente, a rede de transporte metroferroviário em Minas Gerais possui uma linha (Linha 1), que atende aos municípios de Belo Horizonte e Contagem, compreendendo 19 estações e 28,1 quilômetros de extensão. Os investimentos previstos para o projeto incluem a requalificação e ampliação da linha existente em mais uma estação (Novo Eldorado, no município de Contagem), assim como a construção da Linha 2, que terá sete novas estações e 10,5 quilômetros de extensão.

O BNDES informou que, após os novos investimentos, o sistema deve beneficiar aproximadamente 270 mil passageiros diariamente, dos quais 50 mil devem utilizar a nova Linha 2. A previsão é que as novas estações comecem a ser inauguradas em a partir do quarto ano da concessão e que todas estejam operacionais no sexto ano.

A CBTU é uma empresa pública, sendo a União Federal proprietária de 100% de suas ações. Além de Belo Horizonte, através da subsidiária CBTU-MG, a CBTU também opera os serviços públicos de transporte metroferroviário urbano de passageiros nas regiões metropolitanas do Recife, Maceió, João Pessoa e Natal.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 23/12/2022

MINISTÉRIO INFORMA SER POSSÍVEL DESBLOQUEAR R\$ 547,3 MILHÕES EM DESPESAS DISCRICIONÁRIAS, APÓS liberação de R\$ 7,56 bilhões

Em relatório extemporâneo, Seto eleva projeção de superávit primário para R\$ 34,14 bilhões em 2022

O Ministério da Economia detalhou, nesta quinta-feira (22/12), o desbloqueio de R\$ 7,56 bilhões que ocorreu na última sexta (16/12) e anunciou que outros R\$ 547,3 milhões poderão ser desbloqueados até o fim do ano. Os números estão no Relatório Extemporâneo de Receitas e Despesas Primárias, publicado hoje.

Em entrevista coletiva para explicar o relatório, o secretário do Orçamento Federal, Ariosto Culau, disse que a insuficiência para o cumprimento do teto de gastos medida no 5º Relatório Bimestral, divulgado em 22 de novembro, era de R\$ 15,38 bilhões. De lá para cá, houve uma abertura de crédito extraordinário de R\$ 7,56 bilhões para atender gastos com a Previdência, um remanejamento de R\$ 4,42 bilhões de despesas discricionárias para obrigatórias e demais ajustes. Com isso, a insuficiência caiu para R\$ 2,792 bilhões. Como há atualmente um saldo remanescente de bloqueios de R\$ 3,339 bilhões, existe uma possibilidade de desbloqueio de R\$ 547,3 milhões.

“A principal finalidade agora não é liberar os R\$ 547 milhões – isso é um resultado da nossa avaliação –, mas é confirmar todas as nossas hipóteses de despesas obrigatórias, fechando a conta deste ano com resultados bastante positivos, tanto do ponto de vista do resultado primário quanto do atendimento das despesas essenciais ao funcionamento da administração pública”, afirmou Culau.

A liberação de R\$ 7,56 bilhões ocorrida na última sexta-feira foi possível graças à Medida Provisória 1.144/2022 que, na véspera, abriu um crédito extraordinário de igual valor para o pagamento de despesas com compensação previdenciária. Foram desbloqueados todos os recursos de custeio dos órgãos e a integralidade do que estava bloqueado no Ministério da Saúde. O restante do desbloqueio, no montante de R\$ 379,6 milhões, foi distribuído de forma proporcional por órgão, em

despesas com investimento. Na coletiva, os técnicos da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento (Seto) trouxeram uma tabela com o detalhamento do valor desbloqueado em cada ministério, na Controladoria Geral da União (CGU) e na Advocacia Geral da União (AGU).

Superávit maior

O relatório extemporâneo também elevou a estimativa de superávit primário do governo em 2022 para R\$ 34,141 bilhões, R\$ 10,780 bilhões a mais do que a previsão feita no Relatório do 5º Bimestre.

Nas comparações com o Relatório da 5ª Avaliação, a Seto aumentou a previsão de Receita Primária Total em R\$ 6,26 bilhões, chegando a uma estimativa de R\$ 2,325 trilhões. Também reduziu em R\$ 1,328 bilhão a projeção de transferências por repartição de receitas, que devem ficar em R\$ 465,075 bilhões. Assim, aumentou a estimativa da Receita Líquida em R\$ 4,935 bilhões, para R\$ 1,860 trilhão.

O cálculo inclui a avaliação de que as Despesas Primárias ficarão em R\$ 1,826 trilhão, uma redução de R\$ 5,84 bilhões sobre o relatório do quinto bimestre. Essa redução inclui as despesas obrigatórias, com queda de R\$ 1,43 bilhão na estimativa, e despesas discricionárias, com uma previsão R\$ 4,42 bilhões abaixo do valor de novembro.

PIB e inflação

O secretário Culau afirmou que o principal motivo para a mudança nas previsões é a correção das projeções para o Produto Interno Bruto (PIB), que agora confirmam tendências de um crescimento em torno de 3% (o governo prevê 3,1%), além da redução dos indicadores de inflação.

O secretário especial do Tesouro e Orçamento substituto, Júlio Alexandre, salientou que o governo estimava um aumento de 2,1% do PIB no início do ano, enquanto o mercado falava em 0,3%. “Nós fomos bastante conservadores. O crescimento está sendo muito acima do que a gente esperava. Mas o mercado errou muito mais”, comentou.

Alexandre observou que as surpresas no crescimento do PIB e também nos índices da inflação tiveram impacto nas estimativas de receita, que passaram de R\$ 1,644 trilhão em janeiro de para R\$ 1,860 trilhão no relatório extemporâneo apresentado nesta quinta-feira. “Tivemos uma arrecadação acima do projetado inicialmente de mais de R\$ 200 bilhões”, acrescentou.

Despesas obrigatórias

No entanto, apesar das estimativas positivas com relação à arrecadação, a Seto notou um comportamento de despesas obrigatórias acima do esperado ao longo do ano. Entre elas, o relatório extemporâneo cita os gastos com o Plano Safra e o Proagro, que subiram de R\$ 9,6 bilhões nas previsões de janeiro para R\$ 17,5 bilhões em dezembro.

Ariosto Culau também citou medidas aprovadas pelo Congresso Nacional, como o aumento do piso dos agentes comunitários de saúde (EC 120), que causou custo adicional de R\$ 2,42 bilhões, e a obrigação de transferência de recursos para projetos culturais, pela Lei Paulo Gustavo (LC 195), com custo de R\$ 3,9 bilhões.

Outro impacto significativo foi dos benefícios previdenciários, que passaram de R\$ 777,72 bilhões na Lei Orçamentária Anual (LOA/2022), em janeiro, para R\$ 798,08 bilhões no relatório extemporâneo, com variação nominal de 2,6%. “Qualquer 1% de variação nessas despesas são aproximadamente R\$ 7 bilhões, e tivemos variação de 2,6%”, destacou Culau, salientando o impacto desse aumento sobre as despesas discricionárias.

Resultados positivos

A Seto estima que a despesa primária vai bater na casa dos 18,4% do PIB, já ajustada, o que significa uma entrega muito importante sob o ponto de vista do controle das despesas no exercício de 2022.



Já o superávit primário de R\$ 34,1 bilhões, que representa 0,3% do PIB, poderia ser ainda maior, pois com o alinhamento dos valores ao que é gerado pelo Campo de Marte (R\$ 23,9 bilhões), o resultado chega a R\$ 58,1 bilhões de estimativa de resultado primário.

O objetivo, explicou Culau, é controlar o endividamento do setor público. Esse controle está se concretizando, de acordo com a estimativa de fechamento da dívida pública em relação ao PIB, que este ano deve alcançar 73,7%, com números próximos de 2017. “Isso enfrentando a pandemia, quando a dívida bruta chegou a 86,9% do PIB”, disse o secretário do Orçamento Federal. Ele atribuiu o desempenho ao processo de gestão fiscal realizado em 2022.

A coletiva de imprensa também teve a presença do secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle.

Veja a íntegra da entrevista coletiva de divulgação do Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

<https://www.youtube.com/watch?v=rQHCGV7S5Zs>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 23/12/2022

PLANO SAFRA CONCEDE CRÉDITO DE MAIS DE R\$ 340 BILHÕES AOS PRODUTORES RURAIS

Recursos são disponibilizados com taxas de juro adequadas e que ajudam a estimular o desenvolvimento da agropecuária

Destaque entre as várias conquistas do Ministério da Economia neste ano, o Plano Safra 2022/2023 beneficiará centenas de milhares de produtores rurais com linhas de crédito que ultrapassam R\$ 340 bilhões, sendo R\$ 246,3 bilhões para custeio e comercialização, e R\$ 94,6 bilhões para investimentos. O valor representa aumento de 36% em relação ao plano anterior. Os recursos são disponibilizados com taxas de juro adequadas e que ajudam a estimular o desenvolvimento da agropecuária nacional.

Saiba mais na página de balanço das ações de 2022.

<https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica-2022>

Além das linhas de crédito destinadas todos os anos para custeio e investimento no setor, o Plano Safra oferece diversos programas de modernização, inovação e sustentabilidade, sempre priorizando os pequenos e médios produtores rurais.

A edição 2022/2023, que vigora entre julho de 2022 e junho de 2023, foi concebida em parceria com o Ministério da Agricultura, o Banco Central e o Tesouro Nacional – órgãos que ajudaram na definição das condições, do nível de subvenção e dos volumes das diferentes linhas de crédito rural para o período de atendimento.

Em 2022, também foi enviada correspondência prévia destinada a todas as instituições financeiras interessadas em operar o crédito rural com subvenção federal sob a forma de equalização de taxas de juros. A iniciativa tem o objetivo de aumentar a concorrência e diminuir os custos do Tesouro Nacional com a subvenção.

Apoio a produtores rurais afetados por intempéries climáticas

Com o Decreto nº 11.029/2022, o governo federal concedeu rebate nas operações de crédito rural vincendas até julho de 2022 dos agricultores familiares afetados pela seca na Região Sul e no Mato Grosso do Sul.



A medida foi fundamental no apoio aos produtores rurais mais afetados por desastres naturais em 2022, possibilitando a recuperação rápida da produção agropecuária ao fim das intempéries.

O governo publicou ainda as resoluções CMN nº 4.987/2022 e nº 5.035/2022, que instituíram linha emergencial de crédito e autorizaram renegociação de operações de crédito rural de produtores rurais afetados pelo excesso de chuvas em municípios da área de atuação da Sudene.

Garantias do agronegócio

Destaque também para a Lei 14.421/2022, conhecida como a Lei de Aprimoramento das Garantias do Agro, que ampliou o prazo para registro ou depósito da Cédula de Produto Rural (CPR) em entidade autorizada pelo Banco Central. Agora, esse período passa a ser de 30 dias, e não de dez. A ampliação abrange todos os títulos emitidos a partir de 11 de agosto de 2022.

O governo adotou ainda medidas como o aprimoramento das regras sobre assinatura eletrônica aceita para emissão da CPR. O emitente pode optar por: simples, avançada ou qualificada, a depender da vontade das partes.

Com os avanços, a nova legislação cria um ambiente favorável ao aperfeiçoamento dos instrumentos de crédito já existentes e oferece mais segurança jurídica às operações de fomento das cadeias produtivas. O objetivo é atender à crescente demanda de financiamento do setor.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 23/12/2022

MEDIDA PROVISÓRIA PRORROGA POR DOIS ANOS CRÉDITO PRESUMIDO E CONSOLIDAÇÃO PARA MULTINACIONAIS BRASILEIRAS

Com a legislação, tributação sobre empresas brasileiras com atuação no exterior fica próxima dos patamares de países da OCDE e do G20

O presidente da República, Jair Bolsonaro, editou a Medida Provisória nº 1.148 (<https://in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.148-de-21-de-dezembro-de-2022-452629615>) que prorroga até o final do ano calendário de 2024 a utilização do crédito presumido do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e do regime de consolidação para multinacionais brasileiras, alterando a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A legislação foi publicada nesta quinta-feira (22/12) no Diário Oficial da União (DOU).

Segundo Receita Federal do Brasil (RFB), a medida aumenta a competitividade das multinacionais brasileiras que exercem atividade produtiva no exterior, porque aproxima a tributação delas aos patamares dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do G20 (grupo das 20 maiores economias). A RFB avalia que, em um cenário de recuperação econômica, a prorrogação desses instrumentos fiscais evita prejuízos à retomada e favorece a realização e a ampliação de investimentos no exterior.

A Lei 12.973/2014 permitiu que as multinacionais brasileiras consolidassem os lucros e prejuízos de todas as suas controladas na apuração do resultado total da controladora, para o imposto incidir apenas em caso de lucro na soma de toda a empresa. As controladas não podem, nesse caso, estar em paraísos fiscais nem ter renda própria inferior a 80% do total.

Também permitiu a dedução até 9%, a título de crédito presumido, do IRPJ incidente sobre a parcela do lucro real da multinacional controladora do Brasil que tem controladas no exterior.

Os benefícios terminariam no final deste ano, mas foram prorrogados até o final do ano de 2024. A renúncia estimada pela RFB é de R\$ 4,20 bilhões para o ano de 2023.



Pela Medida Provisória, até o ano-calendário de 2024, as parcelas de que trata o artigo 77 da Lei nº 12.973/2014 poderão ser consideradas de forma consolidada na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da controladora no Brasil.

Nesse mesmo período, a controladora no Brasil poderá deduzir até 9% do IRPJ, a título de crédito presumido relativo à renda incidente sobre a parcela positiva computada no lucro real. A dedução vale para investimentos em controladas no exterior nas atividades de fabricação de bebidas e de produtos alimentícios, construção de edifícios e de obras de infraestrutura, além das demais indústrias em geral.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 23/12/2022

MODERNIZAÇÃO DE COMPRAS PÚBLICAS AUMENTA TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES DO GOVERNO

Iniciativas da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia proporcionam avanços de eficiência nas licitações públicas

A equipe da Secretaria de Gestão (Seges) da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério Economia (SEDGG/ME) chega ao fim de 2022 apresentando um conjunto de importantes entregas para o país. Entre os resultados alcançados, destaca-se a regulamentação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, um avanço na busca de mais transparência e eficiência nas contratações públicas. O aprofundamento da transformação digital nas compras públicas e a modernização na gestão das transferências de recursos da União foram outras realizações de especial significado.

Saiba mais na página de balanço das ações de 2022.

<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica-2022>

“A regulamentação da Nova Lei de Licitações foi fruto de um debate que transcorreu ao longo de oito anos no Congresso Nacional e de milhares de contribuições da sociedade, norteadas pela transparência e eficiência na contratação pública”, afirma o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEDGG), Leonardo Sultani. A nova lei prevê cinco modalidades de licitação: concorrência, concurso, leilão, pregão e diálogo competitivo. O processo contou com a realização de 18 consultas públicas e 1.831 contribuições diretas da sociedade.

Já o avanço da transformação digital do processo de compras públicas teve como ponto alto o aprimoramento do sistema de Compras do Governo (compras.gov.br). Moderno, com todo o processo de contratação informatizado, o sistema oferece mais facilidade desde o credenciamento de fornecedores até a etapa de disputa em dispensas eletrônicas pelo Aplicativo Compras.gov.br. “São hoje mais de 500 mil fornecedores credenciados, com mais de 80 mil compras homologadas e um valor de aproximadamente R\$ 76 bilhões em 2022”, informa o secretário Renato Fenili, titular da Secretaria de Gestão (Seges). O Brasil saiu de um modelo de contratações públicas presenciais para a forma eletrônica. A modalidade de contratação pregão eletrônico levou à adesão de mais de 3,3 mil municípios ao sistema de compras do Governo Federal, com disputa otimizada. “Isso garante a concorrência e, conseqüentemente, mais economia para o Estado”, assinala Fenili.

Transferências de recursos

Outra entrega da Seges em 2022 foi a modernização na gestão das transferências de recursos que teve como base o aprimoramento da Plataforma +Brasil - que agora é plataforma Transfere.gov.br (Decreto 11.271/2022) - com a centralização das transferências de recursos entre a União e entes federativos, consórcios e terceiro setor. Atualmente, já são mais de R\$ 111,5 bilhões anuais em transferências de recursos, com potencial de operacionalização de cerca de R\$ 270 bilhões ao ano via plataforma.



A centralização das compras e contratações públicas de serviços e soluções de interesses comuns já gerou, em 2022, uma economia superior a R\$ 460 milhões. Ao longo do ano, foram realizadas contratações centralizadas de computadores, aquisição de grandes equipamentos e de maquinário agrícola, além de serviços de brigadistas, motoristas e designers gráficos, entre outros.

Já a expansão da adesão ao sistema único de processo eletrônico em rede - Super.GOV.BR permitiu a modernização de processos de trabalho, refletida, por exemplo, na eliminação da impressão de documentos em papel. O foco da iniciativa é o fomento à racionalização do gasto público por meio da utilização de uma única solução de processo eletrônico. Associado ao Super.GOV.BR, o Protocolo Digital teve, em 2022, mais de 1 milhão de requerimentos, tendo sido o quarto serviço mais acessado na Plataforma GOV.BR.

A simplificação e modernização na gestão de cargos em comissão, funções e estruturas organizacionais, por sua vez, implicou ampla revisão da legislação referente à gestão dos principais cargos, funções e gratificações do Poder Executivo Federal e ajustes nas estruturas organizacionais dos órgãos públicos. Essa transformação foi realizada sem aumento de despesas, cargos, funções e gratificações de baixo valor agregado, de forma a dar mais destaque e valorização aos servidores e carreiras públicas e, ao mesmo tempo, atender a demandas da sociedade.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 23/12/2022



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O DESAFIO DE FRANÇA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem 16 novos ministros. Entre eles, estava o novo titular de Portos e Aeroportos, o ex-governador de São Paulo Márcio França, uma das principais lideranças do PSB. Próximo do setor portuário, principalmente por acompanhar o desenvolvimento do principal complexo marítimo do País, Santos (SP), França já definiu sua primeira ação: suspender o programa de desestatização portuária. Uma das bandeiras do atual governo, do presidente Jair Bolsonaro (PL), a iniciava prevê repassar à iniciativa privada a administração dos portos. Nos últimos quatro anos, uma companhia docas chegou a ser privatizada, a Codesa, do Espírito Santo. Será a única. Em entrevista logo após ser anunciado, em solenidade em Brasília, França esclareceu que a desestatização da Codesa será manda.

Mas os processos envolvendo a Santos Port Authority (SPA, a Autoridade Portuária de Santos) e o Porto de Itajaí (SC), dois dos projetos que mais avançaram e estavam próximos de sua conclusão, serão cancelados.

Segundo o futuro ministro, por determinação do próprio presidente eleito, as autoridades portuárias não serão mais privatizadas, sendo mandadas como estatais. “As autoridades portuárias, ele (Lula) disse ontem (quarta-feira) que não quer fazer a concessão. Então não vai ter concessão das autoridades portuárias, nem em Santos (SP), nem em Itajaí (SC). A autoridade portuária vai continuar uma estatal. A gente vai fazer concessão é das áreas dos portos”, afirmou.

A decisão mostra a primeira mudança de rumo nas políticas públicas de transportes com a chegada do governo de Lula, que toma posse no próximo dia 1. E é claro que outras modificações vão vir. O desafio, porém, tanto para o futuro presidente, como para sua equipe, em especial o ministro dos Portos, é garantir que o setor consiga manter a eficiência alcançada nos últimos anos e ainda a amplie, independente de cores ideológicas. E para isso, será essencial que os complexos marítimos públicos tenham gestões profissionais, que sejam comandados por profissionais de mercado, preparados para os cargos que irão ocupar, não por meras indicações político-partidárias. Aliás, uma



medida defendida pelo próprio presidente eleito ontem, ao afirmar que seus ministros tenham em suas pastas executivos preparados e com conhecimento para os desafios a serem enfrentados.

Político hábil, Márcio França não terá dificuldade de transitar por Brasília, tanto pelo Executivo, como pelo Legislativo, que já integrou em seus anos como deputado federal. Administrador público experiente, tendo passado tanto por uma prefeitura como pelo governo do mais rico estado do País, ele sabe como montar uma equipe profissional e que garanta as metas exigidas pela sociedade. Assim, tem plenas condições de realizar um bom trabalho na pasta, estratégica para o desenvolvimento do Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/12/2022

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

RELATÓRIO 1

A área de Infraestrutura Logística no Brasil enfrenta dois “principais retrocessos”, segundo o grupo de trabalho de Infraestrutura, da equipe de transição do Governo Federal. São eles “a brutal queda do investimento público” e a “falta de mecanismos de governança dos programas de investimento estratégicos para o País”. A conclusão consta do Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental, entregue pelas equipes ao presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva na manhã de ontem, em Brasília.

RELATÓRIO 2

O documento faz críticas à gestão do Ministério da Infraestrutura no governo do presidente Jair Bolsonaro, citando “a queda brutal do investimento”, em referência à participação do estado nos empreendimentos dos últimos anos, e “o desmantelamento dos mecanismos de planejamento - somados à implementação de modelos de concessão voltados apenas para criar oportunidades de negócios privados, sem dar sustentabilidade aos projetos e reais benefícios aos usuários”. De acordo com o levantamento, esse cenário fez com que a infraestrutura logística “perdesse capacidade e se degradasse”.

RELATÓRIO 3

O relatório destaca que os investimentos nas rodovias não conseguiram repor “o desgaste observado”. Sobre as ferrovias, cujos principais projetos foram voltados à ampliação dos empreendimentos privados, “as obras públicas no setor restringem-se a duas pequenas obras de segurança ferroviária em áreas urbanas e apenas alguns segmentos do trecho II da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL, mesmo assim em ritmo muito lento”. Quanto aos portos, as melhorias feitas foram as realizadas pelas próprias companhias docas. O levantamento ainda destaca a ausência de um programa de gestão de hidrovias.

RELATÓRIO 4

No final, o grupo destaca a necessidade de se reavaliar os modelos de concessão dos avos em infraestrutura, como o critério de julgamento nas licitações de rodovias, o modelo de privatização das autoridades portuárias e a regulamentação das autorizações ferroviárias, pontos que chegaram a ser elogiados pelo mercado. E destaca a importância de se retomar obras paralisadas, implementar novos projetos e recuperar a capacidade de investimento pública no setor

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/12/2022

NACIONAL - "AUTORIDADE PORTUÁRIA VAI CONTINUAR ESTATAL", DIZ FUTURO MINISTRO DOS PORTOS

Em sua primeira entrevista logo após ser anunciado para o cargo, Márcio França afirmou que autoridades portuárias não serão privatizadas

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br



O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva anunciou Márcio França como novo ministro dos Portos e dos Aeroportos ontem

O programa de desestatização portuária, uma das bandeiras do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), será suspenso na gestão do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a ser iniciada no próximo mês. A decisão foi comunicada pelo futuro ministro dos Portos e Aeroportos, o ex-governador de São Paulo Márcio França, ontem, em sua primeira entrevista após ser anunciado para o cargo por Lula. Segundo ele, por determinação do próprio presidente

eleito, as autoridades portuárias não serão mais privatizadas, sendo mandadas como estatais.

“As autoridades portuárias, ele (Lula) disse ontem (quarta-feira) que não quer fazer a concessão. Então não vai ter concessão das autoridades portuárias, nem em Santos (SP), nem em Itajaí (SC). A autoridade portuária vai continuar uma estatal. A gente vai fazer concessão é das áreas dos portos”, afirmou França.

Promessa de campanha do presidente Bolsonaro, o programa de desestatização portuária prevê a privatização das administrações portuárias - as operações já são realizadas pela iniciativa privada desde o final dos anos 90. Em março deste ano, houve a primeira desestatização, da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que administra o Porto de Vitória (ES). E estavam sendo preparados os leilões referentes à Santos PortAuthority (a Autoridade Portuária de Santos), processo que foi interrompido pelo Tribunal de Contas da União neste mês, para ser analisado, e ao complexo de Itajaí, iniciativas que, segundo Márcio França, serão canceladas.

Sobre a privatização da Codesa, o futuro ministro dos Portos garantiu que a medida será mandada. Questionado especificamente sobre esse caso, afirmou: “O que já foi feito, a gente respeita. (...) O governo não tem problema de fazer concessões de áreas públicas (arrendamentos de terminais), mas as autoridades que controlam (os terminais) têm que ser públicas”.

Para França, a União deve manter o controle sobre as administrações dos portos e dos aeroportos, independente da privatização de terminais. “As questões portuárias e aeroportuárias são estratégicas para o País”, complementou.

Em relação ao setor aeroportuário, Márcio França admitiu não ter o mesmo conhecimento que possui sobre o mercado portuário - obtido nos anos como prefeito de São Vicente (cidade vizinha a Santos), deputado federal, quando foi o relator do projeto de lei que criou a Secretaria Especial de Portos, e governador de São Paulo. Mas defendeu a ampliação dos aeroportos regionais, o fortalecimento da Infraero e a necessidade de atrair mais companhias aéreas para o setor.

O futuro titular dos Portos ainda foi questionado sobre a montagem do ministério e de sua equipe. Ele esclareceu que, por se tratar de uma pasta nova, a ser criada a partir da divisão do atual Ministério da Infraestrutura, ela precisará ser instituída por uma medida provisória, que deve sair no primeiro dia do novo governo, 1 de janeiro. “Todo mundo toma posse no dia 1. Mas esse ministério só tomará posse no dia 2. Primeiro, precisa ser criado”, esclareceu.

França ainda quer se reunir com o presidente eleito para debater as diretrizes do setor, inclusive os modelos de concessão a serem adotados. Até lá, pretende fazer um levantamento mais detalhado dos segmentos portuário e aeroportuário. “O presidente (Lula) deu as suas orientações a grosso modo, mas vamos esmiuçar mais para frente. Até lá, vou fazer uma avaliação, um raio-x do setor. E sobre as concessões, como elas serão feitas, ele vai tomar a decisão. O craque do jogo é ele”.

Ministérios

Uma das principais lideranças do PSB, Márcio França foi anunciado como novo ministro dos Portos e Aeroportos no final da manhã de ontem, pelo presidente eleito, na solenidade de encerramento dos trabalhos do gabinete de transição, realizada no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília.

Na cerimônia, Lula apresentou um total de 16 futuros ministros. Entre eles, estava o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB), que comandará o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Mas o titular da pasta dos Transportes, que cuidará da gestão de rodovias e ferrovias, ainda não foi anunciado. Para o cargo, é cotado o senador Alexandre Silveira (PSD-MG).

A possibilidade de ter o ex-governador Márcio França à frente do novo Ministério dos Portos já era comentada em Brasília nas últimas semanas, como destacou a coluna HUB na edição de ontem, dia 22, do jornal BE News. A definição ocorreu na última quarta-feira, dia 21, em reunião entre ele e o vice-presidente eleito e também ex-governador paulista, Geraldo Alckmin (PSB). Desde o período eleitoral, quando França desistiu de se candidatar ao Governo do Estado de São Paulo e resolveu apoiar o candidato petista, Fernando Haddad, havia um compromisso de que ele teria um espaço em um eventual governo Lula.

A princípio, França manifestou interesse pelo Ministério das Cidades, mas a pasta é considerada estratégica no relacionamento do Planalto com o Congresso e as prefeituras e deve ficar com uma legenda do Centrão, bloco com um maior número de parlamentares.

Chegaram a ser oferecidos ao ex-governador o Ministério da Indústria e Comércio e o da Ciência e Tecnologia, mas ele preferiu Portos e Aeroportos pela proximidade com o setor.

O futuro Ministério dos Portos e Aeroportos será criado no início do próximo governo com o desmembramento do atual Ministério da Infraestrutura, que hoje administra rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. A pasta manterá a gestão das estradas e das linhas ferroviárias, passando a ser denominada Ministério dos Transportes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/12/2022

REGIÃO SUDESTE - LIDERANÇAS DO SETOR PORTUÁRIO APROVAM INDICAÇÃO DE FRANÇA PARA MINISTÉRIO

Autoridades ouvidas pelo BE News destacam experiência do ex-governador, mas chamam atenção para a necessidade de técnicos na equipe

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



As lideranças ouvidas também levaram em conta o conhecimento que França tem da Baixada Santista, região onde nasceu e onde fica o Porto de Santos

O anúncio de Márcio França (SP) como futuro ministro de Portos e Aeroportos, feito ontem pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), repercutiu positivamente entre lideranças do setor portuário ouvidas pelo BE News. Para o presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop), Sergio Aquino, pesam a favor de França a experiência administrava e o conhecimento do setor, entre outros fatores.

“As sinalizações da estrutura em nível de ministério e de um nome que já conhece o setor, que tem experiência administrava, foi um prefeito inovador em São Vicente (SP), muito avo como deputado federal, líder de governo, com muita articulação política, foi governador de São Paulo, conhece a região (da Baixada Santista, onde fica o Porto de Santos) e tem atuação ligada à atividade portuária,

são fatores positivos. Inclusive, à época do ministro Pedro Brito, teve uma interlocução muito positiva. Estamos vendo isso de maneira otimista”, disse Aquino, que também preside o Conselho do Norte Export.

Comentário semelhante foi feito pelo diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), Ricardo Molitzas.

“A expectativa é positiva, pois teremos à frente da pasta dos portos uma autoridade, que além de ser da região (da Baixa da Santista), possui em seu histórico o cargo de prefeito de São Vicente e governador do Estado de São Paulo. Sem dúvida, um profissional com uma trajetória cheia de experiências e um profundo conhecimento da região e do sistema portuário do Estado de São Paulo”, declarou.

Molitzas, no entanto, chamou atenção para a necessidade de técnicos trabalhando com Márcio França no Ministério.

“É de fundamental importância que se mantenham técnicos na gestão dos portos de São Paulo, para que se possa dar continuidade aos trabalhos realizados ao longo do último governo. Um único ministério cuidando da infraestrutura é um modelo eficiente, e espero que mesmo divididos em duas pastas, o trabalho conjunto e eficaz se mantenha nas questões importantes ao País”, complementou Molitzas.

Essa preocupação também foi levantada pelo diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo. Mesmo assim, ele crê que o futuro ministro terá êxito à frente da pasta.

“Márcio França tem credencial para conduzir o novo Ministério, pois é da Baixada Santista e conhecedor do Porto de Santos, o maior da América Latina. Poderá fazer uma boa gestão, sobretudo, se contar com uma assessoria técnica competente”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/12/2022

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE VITÓRIA CELEBRA PRIMEIRO CONTRATO APÓS PRIVATIZAÇÃO PARA O SETOR DE ÓLEO E GÁS

Autoridade Portuária consolidou negócio com a TechnipFMC para a Base de Vitória (BAVIT). A vigência é de 5,5 anos

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



Divulgação/Codesa

O novo contrato com o porto contribuirá para a consolidação do Espírito Santo como uma base logística competitiva no segmento de apoio offshore

O Porto de Vitória (ES) celebrou ontem (23) o contrato com a TechnipFMC, para a Base de Vitória (BAVIT). A vigência é de 5,5 anos. Este é o primeiro negócio fechado com uma empresa desde a privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) em setembro.

Segundo a Autoridade Portuária, no contrato, com o acréscimo de área negociada, a capacidade de produção será duplicada, aumentando o potencial do porto capixaba como uma estratégia para suporte ao setor de óleo e gás.

Conforme o comunicado divulgado pela companhia, os impactos positivos serão observados dentro e fora dos limites portuários e contribuirão para a consolidação do estado como uma base logística competitiva no segmento de apoio offshore.

“Esse fato que divulgamos hoje (ontem) para o mercado é super relevante não só pelo processo de privatização, mas para todo o setor portuário, porque ele acaba afetando todo o setor, uma vez que é o primeiro contrato privado feito no âmbito de autoridade portuária privada. O fato é relevante para o Estado, principalmente o município de Vitória. Isso nos remete a um futuro de esperança, que a gente possa celebrar novos contratos”, declarou o presidente do Porto de Vitória, Ilson Hulle.

Desestatização

O contrato de compra e venda da Codesa foi assinado com a Quadra Capital, vencedora do leilão, no dia 5 de setembro.

A Codesa foi privatizada após 116 anos como empresa pública. O fundo de investimentos multiestratégia Shelf 119, da Quadra Capital, arrematou a companhia com oferta de R\$ 106 milhões, em leilão realizado no dia 30 de março, na Bolsa de Valores de São Paulo – B3.

O contrato é de 35 anos, prorrogável por mais 5 anos. O modelo agrega a venda da estatal associada à concessão dos portos públicos de Vitória e Barra do Riacho.

Segundo o Ministério da Infraestrutura, a Quadra Capital assume o compromisso de adquirir as ações da companhia por R\$ 326 milhões, pagar R\$186 milhões em 25 outorgas anuais e investir R\$ 855 milhões ao longo da vigência do contrato.

Em 23 de agosto, a Quadra anunciou o executivo Ilson Hulle como o novo gestor da Codesa. Hulle era diretor de Terminais da Log-In, operadora de carga de grande porte com terminal instalado em Vila Velha, também no Espírito Santo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/12/2022

REGIÃO NORDESTE - APÓS PRIMEIRA EXPORTAÇÃO, ZPE PARNAÍBA AGUARDA NOVAS EMPRESAS

São esperadas 11 companhias, de acordo com a administração da ZPE

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



Segundo a gestão da ZPE Parnaíba, entre as empresas interessadas em operar na área há indústrias do setor calçadista e de processamento de pescados

No último dia 21 de novembro, a Zona de Processamento de Exportação do Piauí (ZPE Parnaíba), realizou o primeiro embarque aduaneiro de sua história. A área foi inaugurada em fevereiro deste ano. Após esta primeira operação, 11

novas empresas pretendem se instalar no local.

De acordo com a Companhia Administradora da ZPE Parnaíba, foram entregues ao Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) cinco projetos de instalação de novas companhias e seis aguardam autorização da entidade. O CZPE é um órgão colegiado, integrante da estrutura básica do Ministério da Economia, e principal instância decisória da Política Nacional das ZPEs.

De acordo com a gestão da ZPE Parnaíba, entre as empresas interessadas em operar na área, há indústrias do setor calçadista e de processamento de pescados. A expectativa é que com o início das operações de pelo menos cinco novas companhias, sejam gerados 4 mil novos empregos diretos.

As novas operações devem ampliar a arrecadação de impostos para o governo piauiense, melhorar a competitividade do Estado e construir uma cadeia logística para operações do mercado exterior.

PRIMEIRA OPERAÇÃO

A primeira operação alfandegada na ZPE piauiense despachou 20 toneladas de cera de carnaúba da empresa Agrocera para a Espanha. O produto foi levado ao Porto do Pecém, no Ceará, de onde seguiu de navio para a Europa.

Antes da atuação aduaneira local, a empresa precisava de um representante atuando no Porto do Pecém para realizar os procedimentos de embarque, o que agora é feito por despachantes e auditores da Receita Federal, dentro da ZPE do Piauí.

Para o diretor executivo da empresa, Marcelo Sombra, o processo representa um ganho de produtividade relevante para o negócio e serve de estímulo para que novos empreendimentos se instalem no local.

Desde 2014 no Piauí, a Agrocera é, para Sombra, uma das molas propulsoras do local. “A presença da empresa cearense na ZPE Parnaíba contribui para que ela amplie sua participação no mercado global de cera de carnaúba e no fortalecimento de uma cadeia rural importante para a região”, explica.

Inaugurada em fevereiro deste ano, a ZPE do Piauí recebeu investimentos de mais de R\$ 50 milhões de recursos do Governo do Estado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/12/2022

REGIÃO NORTE - GOVERNO DE RORAIMA QUER IMPLANTAR PORTO SECO EM BOA VISTA

Secretaria realiza estudos de viabilidade econômica para verificar possibilidade

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



Os estudos trarão informações sobre os aspectos logísticos da região, exportações e importações, a localização geográfica e a infraestrutura existente

O Governo de Roraima está realizando estudos de viabilidade econômica para verificar a possibilidade de instalação de um porto seco na capital Boa Vista. A proposta permitiria o desembarço e regularização de mercadorias importadas e exportadas dentro do próprio estado.

De acordo com a secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima, os levantamentos irão trazer informações sobre os aspectos logísticos da região, os números relacionados às exportações e importações realizadas pelas empresas roraimenses, a localização geográfica e infraestrutura existente.

“Temos dois caminhos. Um são os investidores que já vieram ao estado e estão interessados em montar uma estrutura alfandegária, com galpões para receber e fazer o desembarço. E também



há a Vinci (Airports), que é a operadora do aeroporto de Boa Vista. Lá já existe uma estrutura para o desembarço de cargas via aérea”, explicou o secretário da pasta, Emerson Baú.

Para ele, a implantação de um porto seco no estado beneficia, principalmente, as empresas da região.

“As empresas locais que fazem importação, ao invés da mercadoria chegar em Manaus, elas recebem o produto aqui em Boa Vista, fazendo desembarço e a liberação. Com isso nós teríamos a questão dos profissionais de Aduana, as empresas de logística, pessoas especializadas em exportação e importação que vão ter a possibilidade de atuar aqui”, diz.

Emerson citou que a expectativa para a implantação da estação aduaneira seria de curto prazo, “pois estamos fazendo uma esmola de volumes de cargas, de aviões, para que possamos fornecer essas informações e os interessados aprimorem a sua estrutura interna”.

De acordo com dados do Portal Comex Stat, do Ministério da Economia, tanto as operações de importação quanto as de exportação têm crescido no Estado. No primeiro semestre de 2022, os embarques roraimenses alcançaram o valor de US\$ 174,4 milhões, e as importações US\$ 33,4 milhões, contabilizando um crescimento para a Corrente de Comércio (soma das duas modalidades) 55,9% maior do que o registrado no ano passado.

As principais cargas exportadas no período foram: enchidos de carnes (19,5%); margarina (16,6%); preparações alimentícias (11,2%); soja (8,7%), e minérios de estanho (7,8%), este último um dos produtos que mais se destaca em relação aos embarques.

Nos seis primeiros meses do ano foram exportadas 665,8 toneladas do minério, resultando em um montante de US\$ 13,5 milhões. Proporcionalmente, este valor representa 7,8% das exportações roraimenses no primeiro semestre de 2022. Os principais destinos do estanho são Estados Unidos e Guiana.

Porto Seco

O porto seco é uma área de alfândega, de uso público, localizada em uma zona secundária, perto de regiões que possuem um volume intenso de cargas a serem comercializadas e fora dos portos principais.

O espaço oferece serviços de armazenagem, movimentação, despacho aduaneiro de mercadorias importadas ou a exportar, em regime comum ou especial, de tal forma que o controle aduaneiro seja mantido desde a entrada até a nacionalização e entrega dos produtos ao consignatário, no caso da importação, ou embarcadas em transporte internacional, no caso de exportação.

Desta forma, as operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro são otimizadas, com o controle estabelecido pela Receita Federal, aliviando também o fluxo em áreas muito movimentadas com entradas e saídas de cargas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/12/2022

REGIÃO SUL - PORTOS DO RS REGISTRAM QUEDA DE 18,19% NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre movimentaram juntos 35,8 milhões de toneladas no período de janeiro a novembro

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



As operações de soja em grão caíram 58,46%, de 12.860.109 toneladas (2021) para 5.342.421 toneladas (2022)

Os portos do Rio Grande do Sul movimentaram 35.838.523 toneladas de janeiro a novembro, menos do que nos últimos dois anos. O volume é 18,19% menor em relação aos mesmos 11 meses de 2021 e 3,51% inferior ao de 2020. O movimento é a queda na produção do agronegócio, que vem sendo prejudicada pela estiagem que castiga a região sul do país.

O balanço, divulgado pela Portos RS, engloba as cargas movimentadas nos portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, e nos terminais situados no distrito industrial de Rio Grande.

O Porto de Rio Grande movimentou a maior parte dos produtos, 33.981.529 toneladas, sendo 10.002.230 toneladas de carga geral, 19.966.614 toneladas de granel sólido e outras 4.012.685 toneladas de granel líquido. O maior crescimento foi o do trigo que variou 233,40% em relação ao ano passado.

A lista de aumentos é seguida pelo cavaco de madeira, que variou positivamente em 14,86%, e pela celulose, com aumento de 11,13%. A soja em grão mais uma vez apresentou queda na movimentação, passando de 12.860.109 toneladas em 2021 para 5.342.421 toneladas em 2022, uma variação negativa de 58,46%.

O destino das exportações continua sendo a China (31,68%), seguido pela Espanha (4,98%), Estados Unidos (4,68%), Portugal (4,22%), Marrocos (4,10%) e Irã (3,81%). Já a origem das importações é liderada pela Argentina (12,81%), e seguida pela China (10,54%), Arábia Saudita (7,84%), Canadá (6,95%), Estados Unidos (6,42%) e Marrocos (5,42%).

O Porto de Pelotas registrou uma movimentação de 1.117.827 toneladas, uma variação positiva de 19,47% em relação a 2020, quando foram movimentadas 935.658 toneladas. Até agora, foram movimentadas 946.029 toneladas de madeira, 159.619 toneladas de clínquer e 12.179 toneladas de soja em grão.

Já o Porto de Porto Alegre atingiu 739.167 toneladas, uma queda de 27,53% em relação ao mesmo período do ano passado. Foram 477.933 toneladas de fertilizantes, 100.161 toneladas de cevada, 93.085 toneladas de carga geral, 47.503 toneladas de sal e outras 20.485 toneladas de trigo.

Com relação ao número de contêineres, foram movimentados de janeiro a novembro 476.204 unidades, sendo 294.710 delas cheias e outras 181.494 vazias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/12/2022

NACIONAL – VITRINE



CÂNDICE LA TERZA
candice@portalbenews.com.br

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua Vitrine.

Estamos chegando ao final de 2022 com muitas realizações e conquistas do Brasil Export por várias regiões do país e do mundo. Então, vamos lembrar, por meio dos eventos e acontecimentos especiais, o que aconteceu de melhor no nosso setor! A coluna Vitrine deseja a você e à sua família um Natal cheio de amor, harmonia, paz e muita celebração. Para quem gosta de basdores, bem-vindo!

CENTRO-OESTE EXPORT



Registro do sócio e vice-presidente de Estratégias e Negócios do Grupo H e presidente do Conselho Internacional do Brasil Export, Jorge Lima, e o diretor-executivo do Movimento Pró-Logística de Mato Grosso e presidente do conselho do Centro-Oeste Export, Edeon Vaz Ferreira, em um papo descontraído durante intervalo entre os painéis do fórum regional, em julho, em Campo Grande/MS, no Centro-Oeste Export. A coluna Vitrine deseja a Jorge Lima sucesso no seu novo e grandioso desafio no governo do Estado de São Paulo. Parabéns!

SANTOS EXPORT



Na 20ª edição do Santos Export, o maior Fórum Regional de Logística e Infraestrutura Portuária do Brasil, em agosto, durante visita técnica ao Porto de Santos, o advogado e sócio-fundador do escritório Gallotti e Advogados Associados, Benjamin Gallotti, o presidente da Associação dos terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição da Silva, e o diretor do Super Terminais, Marcello Di Gregorio.

MULHERES & PORTO



Salvador (BA) foi sede da 1ª Conferência do Direito Portuário, em agosto, escolhida pela importância econômica e histórica de seus portos. Na foto, integrantes do grupo **Mulheres & Portos**: a líder do jurídico do Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário dos Portos de Salvador e Aratu - OGMOSA, Vanessa Lima, a advogada do Sindicato dos Operadores Portuários de Pernambuco - SINDOPE, e do Órgão Gestor de Mão de Obra - OGMO Recife e Suape (PE), Francisleide Virtuoso, a assistente social do OGMOSA, Simone Batista, a gerente operacional do OGMOSA, Daniela Pinheiro, a gerente administrativa do Sindicato dos Operadores Portuários dos Portos de Salvador e Aratu - SINDOPSA, Cristina Ferreira, e a advogada do SINDOPE e do OGMO Recife e Suape, Paula Katarina de Freitas Ferreira.

PRESIDENTE DA FIEPA



Em agosto, o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia - SEDEME, José Fernando Gomes Júnior, ao lado do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA, José Conrado Azevedo Santos, e o atual presidente do Sindicato das Indústrias do Estado do Pará (SINDUSCON-PA), Alex Dias Carvalho, que foi eleito o novo presidente da FIEPA. Sucesso ao empresário Alex Dias Carvalho, que assumirá a partir de agosto do ano que vem, para o quadriênio 2023/2027!

MENINAS NO NORTE EXPORT



Em setembro, abrilhantando o Norte Export, a gerente da MSC Manaus, Adriana Menezes Cruz, a diretora de comunicação da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Claudia Borges, a diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Flávia Takafashi, a CEO do Instituto de Praticagem do Brasil, Jacqueline Wendpap, e a advogada Ariela Dassié, da Sammarco Advogados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 23/12/2022

PORTARIA DA RECEITA RESTABELECE SEGURANÇA JURÍDICA ÀS OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO NO BRASIL

Informações: Guia Marítimo (23 de dezembro de 2022)



Imagem: Guia Marítimo

Os Despachantes Aduaneiros – responsáveis por 96% das operações de comércio exterior no Brasil – são hoje 12 mil profissionais autônomos no País, agentes públicos que atuam por delegação do Poder Público, desde 1850. Exercem, portanto, função pública, prestando serviço de desembaraço aduaneiro a particulares, sob fiscalização do Estado. Sob esse

guarda-chuva, uma decisão judicial recente, seguida da publicação da Portaria 111 da COANA da RFB assegura função única aos Despachantes Aduaneiros para desembaraço e representatividade legítima junto ao Órgão Federal

“Considerado o grau hierárquico da Portaria 111 da COANA da Receita Federal, entendemos como revogados tacitamente os efeitos específicos da Notícia Siscomex no. Importação nº 046/2022, publicada em 30/08/2022, que facultava às Comissárias de Despachos representar Importadores e Exportadores. A Segurança Jurídica foi restabelecida aos níveis internacionais e ratifica a função exclusiva dos Despachantes Aduaneiros no País”, comemorou José Carlos Raposo Barbosa, Presidente da Feduaneiros – Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros.

Única entidade representativa desta categoria, responsável pela gestão de 96% dos processos de comércio exterior, a Feduaneiros – Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros – é reconhecida pelos órgãos governamentais brasileiros, entidades privadas e traduz exatamente essa força institucional. No Brasil, ela participa e está representada através de seus Sindicatos afiliados, nas reuniões COLFAC E CONFAL, que norteiam as rotinas nos portos, aeroportos e fronteiras. A entidade possui ainda assento na CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e, no exterior, na ASAPRA – órgão internacional que congrega as entidades representativas dos Despachantes Aduaneiros de todos os países das Américas, além de Espanha e Portugal.

A categoria goza hoje de prestígio ímpar juntos aos entes de comércio internacional. Eles atuam ao lado dos Órgãos Federais, como Receita Federal, MAPA e ANVISA, contribuindo com melhorias nos processos de importação e exportação, participando ativamente das transformações pelas quais passam atualmente o comércio exterior brasileiro.

A Federação, em nome da categoria, veio a público esclarecer uma conquista judicial, ocorrida em novembro, que resgatou segurança jurídica às operações de importação e exportação no País. “Legalmente, os Despachantes Aduaneiros são, desde 1850 e sempre serão, os representantes legítimos dos importadores e exportadores brasileiros, lembrou Raposo, Presidente da Feduaneiros.

Segurança Jurídica – Um dos pontos mais relevantes que causava desconforto ao mercado, residia no fato que, ao Despachante Aduaneiro, é imputado todos os ônus do funcionário público, como as inúmeras responsabilidades, multas e penalidades a que esses profissionais estão sujeitos, previstas no Regulamento Aduaneiro. Já as Comissárias de Despachos não responderiam nessas condições, diante de alguma intercorrência.

A ordem jurídica foi restabelecida. “A legislação é muito clara sobre a atuação do Despachante Aduaneiro, Profissional Autônomo, neste importante setor da economia brasileira. Esta informação



impacta diretamente nas atividades do mercado, que retoma a segurança jurídica para suas operações de importação e exportação”, explicou o Dr. Elias Jr.

“Somos técnicos e consultores, já ambientados e comprometidos com regras de compliance e gestão de riscos dos Órgãos Anuentes. O Despachante Aduaneiro é, hoje, um dos Guardiões do Comércio Exterior Brasileiro. Nós somos responsáveis em oferecer soluções técnicas para superar o chamado “Custo Brasil” nas operações de importação e exportação, seja ela marítima, rodoviária ou aérea”, finalizou Raposo, presidente da Feaduanheiros.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/12/2022

MAPA E ABDI CELEBRAM ACORDO COM FOCO EM SUSTENTABILIDADE

Informações: Revista Cultivar (23 de dezembro de 2022)

O Ministério da Agricultura e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) celebraram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) focado na implementação e difusão de tecnologias digitais junto a cadeias agropecuárias e agroindustriais nacionais.

Com recursos iniciais previstos de R\$ 4,8 milhões e um prazo de dois anos, o ACT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento produtivo e a inovação, aumentando a eficiência, a produtividade e a redução do custos do agronegócio, com claros reflexos na sua produtividade.

“O acordo representa, ao mesmo tempo, o sucesso das ações da parceria anterior, que resultou na seleção e investimento em projetos estratégicos para o setor em todo o país, e a madura continuidade da parceria, convergindo os futuros projetos e investimentos futuros”, avalia a Diretora do Departamento de Apoio à Inovação para a Agropecuária, Sibelle de Andrade Silva.

Segundo ela, a expectativa dos parceiros é que no futuro próximo se materializem ações que promovam cada vez mais a sustentabilidade e a agregação de valor nas cadeias do agronegócio, para produtores e projetos de todos os portes, dando continuidade na estratégia de democratização e promoção de inclusão e inovação no tema do agro 4.0.

O extrato do acordo pode ser visto no link abaixo:

Clique aqui para baixar o arquivo anexado.

<https://assets.revistacultivar.com.br/635fe201-8ca2-432c-ad58-406d20b30ce2.pdf>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/12/2022

COM MODELO DE AUTORIZAÇÃO, PARANÁ PREVÊ EXPANSÃO DE NOVAS FERROVIAS

Informações: Agência Porto Consultoria (23 de dezembro de 2022)

O governador Carlos Massa Ratinho Junior sancionou nesta quinta-feira (22) a Lei de Autorização Ferroviária (21.330/2022). O texto foi aprovado na Assembleia Legislativa do Paraná após quase seis meses de debates. Esta é a primeira regulamentação para o transporte ferroviário de bens e passageiros e complementa a mudança constitucional que permitiu a introdução desse modelo no Estado, seguindo os mesmos parâmetros do governo federal.

O principal objetivo desse marco regulatório é estimular o desenvolvimento da infraestrutura ferroviária no Paraná. Com a mudança, os pedidos de novas linhas ferroviárias podem ser encaminhados diretamente à Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEIL), responsável pela análise dos projetos e o parecer final. A solicitação deve conter um estudo técnico com aspectos de configuração logística, urbanísticos, indicação georreferenciada do percurso total e da faixa de domínio (espaçamentos laterais).



Já as linhas que fizerem conexão com algum porto, fronteira estadual ou nacional continuam sendo analisadas e liberadas exclusivamente pelo Ministério da Infraestrutura.

O prazo do contrato deve ter duração de 25 a 99 anos, cabendo à operadora ferroviária requerente ou selecionada mediante chamamento público propor, dentro desses limites, o prazo contratual. O prazo fixado em contrato é prorrogável por períodos iguais e sucessivos desde que mantida a exploração da atividade econômica e a prévio requerimento do detentor da outorga de autorização.

A instalação de infraestruturas ferroviárias em zonas urbanas ou de expansão urbana ou rural deve observar ao disposto no Plano Diretor Municipal, no plano de desenvolvimento regional e no plano de desenvolvimento urbano integrado da região metropolitana.

A principal novidade é que, diferente da concessão e da permissão, a autorização incentiva o setor privado a assumir os riscos inerentes ao empreendimento, como os custos de construção e operação. Essa modalidade surgiu no Brasil com o lançamento do Programa de Autorizações Ferroviárias do Ministério da Infraestrutura, o Pró-Trilhos, em 2021.

O Pró-Trilhos instaurou o instituto da outorga por autorização para o setor ferroviário para todo o País. Dessa maneira fica permitido ao setor privado construir e operar ferrovias, ramais, pátios e terminais.

No Paraná, a construção do projeto teve participação ativa do Grupo de Trabalho que executa o Plano Estadual Ferroviário e o projeto da Nova Ferroeste. “Nós começamos esse trabalho já em 2019 numa missão aos Estados Unidos, na qual, junto com representantes do Ministério da Infraestrutura, tivemos a oportunidade de estudar em detalhes o modelo americano, que é muito mais rápido e moderno, assegurando investimentos privados que melhoram a vida da sociedade como um todo”, ressalta o coordenador do GT, Luiz Henrique Fagundes.

Segundo ele, depois da aprovação do novo marco regulatório nacional, a nova legislação estadual está em sintonia com o governo federal. “A gente prevê celeridade ao andamento das chamadas short lines no Paraná. Muitas vezes as empresas fazem o transporte de produtos por caminhões por centenas de quilômetros para chegar até uma linha férrea, como a que vai de Cascavel ao Litoral. Essa logística impacta o preço do produto e a competitividade dos paranaenses frente a outros players. Essa lei incentiva o ambiente de negócios ferroviário e a tendência a médio e longo prazo é promover inclusive redução de custos, além de diminuição na emissão de gases do efeito estufa”, acrescenta.

A lei determina que a prestação de serviços públicos de transporte ferroviário estadual será realizada em regime público e delegada por meio de concessão e permissão, sendo regulada pela Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Paraná (Agepar). Já a exploração econômica de transporte ferroviário será realizada em regime privado, mediante outorga de autorização.

NOVA FERROESTE – O projeto também complementa a Nova Ferroeste, corredor de exportação que vai ligar o Porto de Paranaguá a Maracaju, no Mato Grosso do Sul, com ramais até Foz do Iguaçu e Chapecó, num total de 1,5 mil quilômetros de trilhos. O projeto está na fase de licenciamento ambiental e deve ser encaminhado para leilão na B3 em 2023. Com a autorização, pequenos empreendedores poderão construir pequenas linhas até a ferrovia principal, agilizando essa modalidade mais sustentável de transporte de cargas.

A Nova Ferroeste vai proporcionar um salto de qualidade logística. Hoje, a Ferroeste cruza a região Oeste e liga os municípios de Cascavel e Guarapuava (248 quilômetros), de onde a carga segue pela Malha Sul até alcançar o Porto de Paranaguá. O projeto da Nova Ferroeste mescla o contrato de concessão, do final da década de 1980, com quatro contratos de autorização firmados com o governo federal em 2021.

O projeto prevê a ligação de Maracaju, no Mato Grosso do Sul, com o Litoral do estado por trilhos. Dois ramais estão previstos a partir de Cascavel para Foz do Iguaçu e Chapecó, em Santa Catarina, num total de 1.567 quilômetros. O investimento estimado é de R\$ 35,8 bilhões. O vencedor do leilão, previsto para o próximo ano, vai executar as obras e operar a malha ferroviária por 99 anos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/12/2022

EMPRESA DE INVESTIMENTOS SAUDITA GASTA US\$ 2,4 BILHÕES EM ATIVOS DA DP WORLD

Informações: Port Technology (23 de dezembro de 2022)



A DP World e a Hassana Investment Company (Hassana), com sede na Arábia Saudita, anunciaram um investimento de aproximadamente US\$ 2,4 bilhões em três dos ativos da DP World nos Emirados Árabes Unidos. Imagem: Port Technology

Esta venda de uma participação minoritária em Jebel Ali Port, Jebel Ali Free Zone e National Industries Park, segue-se a uma transação anterior de

\$ 5 bilhões fechada em junho de 2022 .

A Hassana investirá em uma nova joint venture com a empresa de logística dos Emirados, por meio da qual manterá sua participação econômica em uma participação de aproximadamente 10,2% nos três ativos dos Emirados Árabes Unidos.

O investimento da Hassana implica um valor total da empresa de aproximadamente US\$ 23 bilhões para os três ativos.

O porto de Jebel Ali , a Zona Franca e o Parque Nacional das Indústrias geraram uma receita pró-forma de US\$ 1,9 bilhão em 2021.

A DP World divulgou que após o investimento, que foi encerrado em 19 de dezembro de 2022, os três ativos permanecerão como negócios totalmente consolidados no Grupo DP World, e suas operações diárias, clientes, prestadores de serviços e funcionários não serão afetados.

“Hassana compartilha nossa visão de longo prazo para os ativos dos Emirados Árabes Unidos, que têm um histórico longo e sustentado de crescimento e resiliência”, disse Sultan Ahmed Bin Sulayem, presidente do grupo e CEO da DP World.

“Acreditamos que esta nova parceria servirá para aprimorar nossos ativos e nos permitirá capturar o potencial de crescimento significativo do mercado mais amplo.

“A transação fortalece ainda mais nosso balanço, que, combinado com a resiliência contínua de nossos negócios, diversidade em nosso portfólio e foco em soluções de cadeia de suprimentos, apoiará nossa meta de alcançar uma forte classificação de grau de investimento para o grupo DP World.”

No início deste mês, a DP World e o governo da Somália de Puntland assinaram um contrato de construção para obras de expansão e modernização no Porto de Bosaso .

O projeto de 12 meses incluirá o desenvolvimento de um cais de 150 metros, bem como reparos no atual cais de 215 metros.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 23/12/2022

TAXAS PERMANECERÃO ESTÁVEIS PARA SEGURO DE CARGAS DE GRÃOS DA UCRÂNIA, DIZ ASCOT

Informações: Money Times (23 de dezembro de 2022)



Em geral, espera-se que as taxas de seguro de guerra e outros subam acentuadamente no próximo ano por causa do conflito, catástrofes naturais e alta inflação (Imagem: Serviço de imprensa do Ministério da Infraestrutura da Ucrânia/Folheto via REUTERS)

Uma facilidade de seguro de cargas que oferece cobertura para remessas do corredor de exportação de grãos da Ucrânia continuará no próximo ano sem aumentos de taxas, disse a seguradora Ascot nesta quinta-feira.

Vinte e uma seguradoras fazem parte da operação, que é liderada pela Ascot e organizada pela corretora Marsh.

Os navios que entram nos três portos ucranianos que fazem parte do acordo apoiado pela ONU geralmente são obrigados por seus bancos a ter várias apólices de seguro em vigor, incluindo casco e cobertura de guerra para a carga, que é renovada a cada sete dias.

Em geral, espera-se que as taxas de seguro de guerra e outros subam acentuadamente no próximo ano por causa do conflito, catástrofes naturais e alta inflação.

“A instalação ‘AsOne’ do Mar Negro continuará inabalável, sem aumentos planejados de classificação”, disse Chris McGill, chefe de carga da Ascot, à Reuters por e-mail.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 23/12/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

O PAPEL DA PESQUISA E O FUTURO DAS PRÁTICAS ESG

Neste artigo, Claudio de Moraes, professor de Macroeconomia e Finanças do Coppead UFRJ, fala sobre a relação entre as finanças e as questões ligadas à sustentabilidade

Por Claudio de Moraes, Especial Paa O Prática ESG — São Paulo



O professor e pesquisador do Coppead, Claudio de Moraes
O professor e pesquisador do Coppead, Claudio de Moraes
Divulgação

Hoje, mais do que nunca, as corporações precisam implementar políticas socioambientais consistentes e verificáveis. Mas também é preciso entender as tendências futuras das práticas de ESG. Neste sentido, as pesquisas acadêmicas têm um papel primordial, pois os resultados apontados por elas em todo mundo não podem ser negligenciados e podem auxiliar a tomada de decisão de curto e longo prazo.

Portanto, pretendo trazer nesse espaço minhas pesquisas e de outros autores sobre a relação entre as finanças e as questões de ESG. Relação essa muito importante para que as mudanças que precisam ocorrer no ambiente corporativo aconteçam.

Além disso, a pesquisa de finanças climáticas tem o poder de revelar os riscos que as mudanças, não só climáticas, mas também as regulatórias, têm sobre empresas financeiras e não financeiras.

Iniciarei as investigações da literatura socioambiental com o artigo "Do banks fuel climate change?" publicado no Journal of Financial Stability.

A questão de pesquisa proposta neste artigo é muito direta. Os autores investigam se as políticas regulatórias orientadas para o meio ambiente afetam o fluxo de crédito para empresas poluidoras através da análise do impacto das políticas relacionadas às mudanças climáticas, como o acordo de Paris de dezembro de 2015.

Essa pesquisa chama a atenção para empresas poluidoras ou que não possuem políticas socioambientais críveis, dado que podem sofrer em breve restrição de crédito, o que se materializaria como um risco de transição climática bem direta e que geraria efeitos para os acionistas.

Os autores Reghezza, A., Altunbas, Y., Marques-Ibanez, D., d'Acri, C. R., & Spaggiari, M. (2022) construíram um conjunto de dados granular. A amostra final de empresas bancárias abrange 185 bancos da área do euro e 230 empresas de 13 países da área do euro e dos Estados Unidos durante o período de 2014-2018, levando a um total de 5.193 observações.

Os resultados das estimações produziram evidências de que após, o Acordo de Paris, os bancos europeus realocaram o crédito das empresas poluidoras. Especificamente, a parcela de empréstimos dos bancos da área do euro para empresas mais poluentes diminuiu cerca de 3 pontos percentuais em comparação às empresas menos poluentes (ou "verdes").

Outro resultado relevante diz respeito à redução de 2,38 pontos percentuais aplicada pelos bancos europeus aos empréstimos a corporações americanas após a decisão do presidente Trump de não manter o compromisso climático de Paris.

Os resultados permitem afirmar que a regulação que pressiona os bancos pode contribuir para significativo impacto nas questões climáticas e, conseqüentemente, os bancos centrais e as autoridades bancárias são convocados a desempenhar papel fundamental na formação deste debate.

Em outro artigo, intitulado 'Greening through finance?', publicado pelo Journal of Development Economics, que avalia o impacto das políticas regulatórias que pressionam os bancos a manterem o crédito verde na China, foram analisados dados de aproximadamente 130 mil empréstimos realizados junto aos cinco maiores bancos chineses entre 2009 e 2015.

Na análise deste trabalho, que contei com o aluno do Coppead Felipe Conceição, os resultados das regras de crédito restritas revelaram um resultado assimétrico de acordo com o tamanho da empresa.

Os pequenos negócios descumpridores de regras ambientais sofreram com o aumento da taxa de juros e a diminuição de seu acesso a crédito. Já as empresas poluentes de grande porte passaram a ajustar seu comportamento após a vigência de regras mais rigorosas e adotaram novas tecnologias antipoluição para evitar juros maiores e o menor acesso à empréstimos.

Assim, o estudo demonstra como uma política regulatória de “green credit” obteve êxito em alterar o comportamento das empresas de grande porte em direção a uma melhor performance ambiental. Em contrapartida, nota-se que empresas menores foram mais severamente impactadas por não terem os meios necessários para seu modo de operação na velocidade exigida pelos reguladores. Ou seja, o risco de transição recai nas empresas pequenas.

Esses dois artigos são uma amostra do impacto regulatório no mercado financeiro, que demonstram visões complementares dos efeitos da oferta de crédito e da demanda de crédito em mercados distintos. Mas o que se conclui é que há um risco de transição financeira – no que diz respeito a eficiência de ações que permitam tempestiva mudança para padrões mais verdes em curso, o que pretendo detalhar em meu próximo artigo.

Sobre o autor: Professor e pesquisador do Coppead, especialista em Banking, com artigos publicados em diversos periódicos internacionais. É doutor em Economia com Ênfase em Macroeconomia e Finanças. Atua no Banco Central do Brasil na área de estabilidade financeira, com experiência em regulação e supervisão bancária. Participa da coordenação de projetos de mestrado e doutorado que discutem soluções para a maior eficiência e segurança do sistema financeiro.

Este artigo reflete a opinião do autor, e não do jornal O Globo. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/12/2022

MUSK DIZ QUE VAI SUSPENDER A VENDA DE AÇÕES DA TESLA POR PELO MENOS DOIS ANOS

Montadora de carros elétricos perdeu US\$ 229 bilhões em valor de mercado apenas em dezembro
Por Bloomberg



Musk: valor de mercado da Tesla caiu abaixo da marca de meio trilhão de dólares pela primeira vez desde novembro de 2020. Musk: valor de mercado da Tesla caiu abaixo da marca de meio trilhão de dólares pela primeira vez desde novembro de 2020. Bloomberg

Elon Musk afirmou novamente que vai parar de vender ações da Tesla depois de se desfazer de quase US\$ 40 bilhões de suas participações. A informação foi divulgada em uma conversa no Twitter Spaces na noite desta quinta-feira. Com isso, as ações da gigante do setor automotivo terão o menor valor de mercado em dois anos.

Durante a transmissão, Musk afirmou que deve suspender a venda de ações por, possivelmente, dois anos. O pronunciamento fez com que as ações da empresa caíssem 3,5% logo no começo do pregão desta sexta-feira.

Essa não é a primeira vez que o magnata diz isso. Comentários similares foram feitos por Musk em abril e agosto, mas logo em seguida o bilionário voltou a vender ações da montadora, estratégia que teria ajudado na compra do Twitter.

Durante a entrevista no Twitter Spaces, Musk afirmou ainda que é favorável à recompra das ações da Tesla quando a empresa estiver mais confiante nos rumos da economia. Ele ainda rechaçou comentários de que estaria dedicando muito tempo ao Twitter e que teria deixado a Tesla de lado.

— Não tem uma reunião importante da Tesla que eu tenha perdido durante todo esse tempo, então não é como se eu estivesse totalmente perdido no meu trabalho — afirmou Musk, completando que a montadora é muito mais complexa que a rede social.

Suas publicações de viés político e por vezes conspiratórias no Twitter também afastaram alguns consumidores da Tesla. Na tentativa de acelerar as vendas na reta final do ano, a montadora ofereceu incentivos generosos.

Dificuldades para a montadora

A Tesla vem enfrentando dificuldades no fim deste ano. A empresa perdeu US\$ 229 bilhões em valor de mercado apenas em dezembro, quase o equivalente ao valor de mercado da Toyota, a segunda empresa mais bem avaliada do segmento.

O mercado de carros elétricos cortou custos e reduziu a produção na China, e Musk vinha repetidamente criticando o Fed (Banco Central dos Estados Unidos), pelos aumentos na taxa de juros.

Depois de cinco dias perdendo tração nos 12 dos últimos 14 pregões, o valor de mercado da Tesla ficou abaixo da marca de US\$ 400 bilhões, patamar que não ocupava desde novembro de 2020.

Nesta quinta, Musk afirmou que a venda de US\$ 40 bilhões em ações da Tesla foi para poder se preparar para o "piores cenário possível" na economia. Segundo ele, o movimento de venda dos papéis refletiu seu medo diante da instabilidade do cenário econômico, já que teria enfrentado duas grandes recessões.

Para o próximo ano, a Tesla planeja investir em uma maior variedade na linha de produtos. Recentemente, a empresa começou a entregar modelos do Tesla Semi e planeja começar a produzir sua primeira picape.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/12/2022

PREÇO DA GASOLINA FICA ABAIXO DOS R\$ 5 E CAI NOS POSTOS PELA QUINTA SEMANA SEGUIDA, DIZ ANP

Diesel também registrou recuo pela quarta semana consecutiva

Por Bruno Rosa — Rio

O preço médio do litro da gasolina vendido nos postos de combustíveis recuou pela quinta semana consecutiva, de acordo com pesquisa feita pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

É ainda a segunda semana seguida que o preço médio permanece abaixo dos R\$ 5 por litro. Assim, o valor médio da gasolina passou de R\$ 4,94 para R\$ 4,93 essa semana. É uma queda de 0,20%.



Posto de combustível na Lagoa, na Zona Norte do Rio Hermes de Paula

Já o diesel caiu pela quarta semana seguida. Caiu de R\$ 6,36 para R\$ 6,28. É um recuo de 1,25%. O preço do gás de botijão de 13 quilos (GLP) passou de R\$ 109,43 para R\$ 108,73, redução de 0,63%.

Os preços, no entanto, estão sob forte pressão para os próximos meses. Isso porque o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) definiu nesta quinta-feira uma nova alíquota única de ICMS para GLP (gás

de botijão), diesel e biodiesel a ser praticada no ano que vem, seguindo acordo celebrado no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF). A estimativa é de um aumento de 4% no botijão de gás para o consumidor e uma alta, em média, de 5% no valor do diesel.

A decisão vai encarecer os preços do GLP e diesel para consumidor final entre 4% e 5%, segundo associações do setor.

As quedas nos preços nesse último mês refletem as reduções feitas pela Petrobras nas refinarias no início de dezembro, quando gasolina e diesel tiveram queda de 6,09% e 8,17%, respectivamente

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/12/2022

ORÇAMENTO SECRETO MUDA, MAS DIVISÃO DE VERBA É IGUAL

Congresso aprova contas de 2023 com garantia de recursos para o Bolsa Família de R\$ 600, mas mantém a distribuição entre as pastas previstas antes de o STF considerar o mecanismo inconstitucional

Por Geralda Doca — Brasília



Fachada do Congresso Nacional, em Brasília Agência O Globo 12/03/2021 Fachada do Congresso Nacional, em Brasília Agência O Globo 12/03/2021 Agência O Globo

No último dia antes do início do recesso parlamentar, o Congresso Nacional aprovou ontem o Orçamento que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva terá para governar o país em 2023. A aprovação ocorre um dia após o Congresso Nacional promulgar a “PEC da Transição”, que amplia em R\$ 145 bilhões o teto de gastos, liberando recursos para o programa

nacional de transferência de renda, que será rebatizado de Bolsa Família, além de R\$ 23 bilhões para investimentos.

A PEC permitiu manter o Bolsa Família em R\$ 600 e ampliar outra série de despesas. O texto aprovado ontem pelo Congresso, porém divide os recursos que “sobraram” do orçamento secreto de maneira similar ao que vinha sendo discutido pelos parlamentares antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) declarar esse mecanismo inconstitucional.

Além da ampliação dos gastos autorizados pela PEC, o parecer do relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), faz ajustes para adequar a peça a orçamentária à decisão STF. Abastecido por emendas de relator, o orçamento secreto previa R\$ 19,4 bilhões para o próximo ano.

Com a decisão do Supremo, o relator redistribuiu R\$ 9,5 bilhões entre deputados e senadores, turbinando as emendas individuais, que são de caráter impositivo. Ou seja, o Executivo é obrigado a desembolsar a verba, utilizada pelos parlamentares para beneficiar suas bases eleitorais.

Outros R\$ 9,8 bilhões foram repartidos entre os ministérios. Essa divisão ficou em proporção semelhante com base nos montantes que o orçamento secreto já havia destinado a cada pasta.

Rombo nas contas

O Ministério do Desenvolvimento Regional (assim chamado atualmente, mas que deve mudar de nome) foi o mais beneficiado, com R\$ 4,4 bilhões. Este ministério já era o mais beneficiado com as emendas de relator. Depois, veio a Saúde, com R\$ 3 bilhões, que receberá o dinheiro para o Fundo Nacional de Saúde.

Equipe econômica: Haddad anuncia secretários do Tesouro, Receita, Política Econômica e Reformas

Essa forma agrada aos parlamentares porque o dinheiro é distribuído via fundos, com o recurso caindo direto na conta de estados e municípios. Outra área beneficiada foi o Ministério da Cidadania, em valor próximo ao que estava no orçamento secreto.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), alvo de denúncias de irregularidades na aplicação de emendas do orçamento secreto, ficou com R\$ 735,9 milhões.

Com os recursos da PEC, o futuro governo terá R\$ 10,5 bilhões para retomar o programa Minha Casa Minha Vida e atender famílias de baixa renda. O aumento do teto de gastos também servirá para recompor recursos para os orçamentos do Ministério da Saúde (R\$ 22,7 bilhões), Desenvolvimento Regional (R\$ 18,8 bilhões), Infraestrutura (R\$ 12,2 bilhões) e Educação (R\$ 10,8 bilhões), entre outros.

Com a licença da PEC para ampliar os gastos, a projeção é que o rombo nas contas públicas no primeiro ano do futuro governo salte de R\$ 63,7 bilhões para R\$ 231,5 bilhões. Esse dado consta no relatório do relator do Orçamento, Marcelo Castro.

— De fato, a referida emenda constitucional (que aumenta o teto de gastos) determina que não serão consideradas, para fins de verificação do cumprimento dessa meta, as despesas acomodadas pelo aumento do teto de gastos em R\$ 145 bilhões e pelo espaço fiscal adicional de R\$ 23 bilhões gerado pela exclusão desse teto de despesas com investimentos — disse Castro.

Ou seja, a meta fiscal, que o governo deve perseguir, não vai considerar os efeitos da PEC, embora o resultado final das contas acabe incorporando o impacto. Durante a sessão da Comissão Mista de Orçamento, Castro afirmou que a proposta de Orçamento de 2023 enviada pelo governo Jair Bolsonaro (PL) era inexecutável.

— Existe todo um contexto a justificar a necessidade de alteração do teto de gastos da União, com vistas a permitir o aporte adicional de R\$ 70 bilhões para o atendimento do programa Bolsa Família, bem como corrigir diversas distorções que a proposta orçamentária apresenta — destacou o senador.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/12/2022

EQUIPE DE LULA RECOMENDA FIM DE PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DE PETROBRAS E MAIS SEIS ESTATAIS

Além da petroleira, novo governo eleito deve paralisar processos para concessão dos Correios, EBC, Nuclep, PPSA, Conab e SPA, que controla o Porto de Santos

BRASÍLIA – O relatório final apresentado nesta quinta-feira, 22, pela equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva trouxe a indicação de que empresas de controle estatal que podem ter seus processos de privatização cancelados em 2023.



A recomendação é interromper os planos para privatizar a Petrobras, os Correios, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep), a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural (PPSA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Lula, durante divulgação de seu ministério, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) EFE/André Borges

“A proposta é de revisão da lista de empresas que se encontram em etapas preparatórias e ainda não concluídas de processos de desestatização. Sugere-se que o Presidente da República edite despacho orientando os Ministérios responsáveis”, afirma o documento.

Cada uma dessas estatais está em um diferente estágio do processo de privatização – alguns nem foram iniciados – e a ordem, agora, é paralisar tudo. Lula já frisou, em mais de um discurso, que seu governo vai acabar com os planos de privatização e que as empresas estrangeiras são bem-vindas, desde que venham investir no País, e não comprar as estatais nacionais.

“Vai acabar privatizações neste País. Já privatizaram quase tudo, mas vai acabar e vamos provar que algumas empresas públicas vão poder mostrar sua rentabilidade”, disse o presidente eleito em discurso no último dia 13 de dezembro.

Porto de Santos

Há pelo menos mais uma estatal que terá o processo interrompido, a Santos Port Authority (SPA), antiga Codesp, que controla o porto de Santos. Ontem, o futuro ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, declarou que o processo para concessão do Porto de Santos também, que estava em andamento, também será cancelada.

Como o Estadão revelou, o futuro governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que tocou o projeto quando era ministro da Infraestrutura no governo Bolsonaro, vai procurar Lula e França para uma conversa direta sobre o assunto, na expectativa de convencer o governo petista de que a concessão é a melhor opção para o crescimento do complexo portuário.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/12/2022

BANCO DO BRASIL ABRE CONCURSO PARA 6 MIL VAGAS COM SALÁRIO DE R\$ 3,6 MIL

Interessados devem ter se formado no ensino médio e podem se cadastrar até dia 24 de fevereiro de 2023; inscrição custa R\$ 50

Por Redação



O Banco do Brasil abriu um concurso para 6 mil vagas em todo o País de escriturário, que requer formação de nível médio dos candidatos. Dessas, 4 mil vagas são para início imediato e 2 mil são para o cadastro de reserva. O salário é de R\$ 3.622,23 mais benefícios para uma carga de trabalho semanal de 30 horas.

O cargo de escriturário possui nomenclaturas específicas para uso no relacionamento com o mercado, que variam de acordo com a unidade em que o funcionário prestará serviço, tais como: Agente Comercial, Agente de Tecnologia, Agente Jurídico, Agente de Atendimento, Agente de Segurança Institucional, Agente de Agronegócios, Agente de Marketing e Comunicação, Agente 2 de Investimento e Agente de Ouvidoria Externa.

O prazo de validade da seleção acabará após um ano, a contar da data de publicação do edital de homologação dos resultados.

Como se inscrever

Os interessados podem se cadastrar entre a 0h de 23 de dezembro de 2022 até as 23h59 do dia 24 de fevereiro de 2023, no horário de Brasília. A inscrição custa R\$ 50, por boleto ou Pix, e é feita por meio do formulário disponível na página da Fundação Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br). A inscrição só será válida após a confirmação do pagamento até a data do vencimento.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/12/2022

TOKENIZAÇÃO DA ECONOMIA GANHA FORÇA NO BRASIL COM ADESÃO DE BANCOS E FUNDOS

Crescem as ofertas de tokens no País, onde 60% dos investidores institucionais já avaliam ou de fato investem em ativos tokenizados

Por Redação

Com suas formas circulares e repartidas, um prédio espelhado se destaca na esquina da Avenida Faria Lima com a Rua dos Pinheiros. Projetado pelo escritório de arquitetura Aflalo e Gasperini, o Edifício Sulamérica tem mais de 12 mil m² de área construída, segue conceitos verdes e se destaca em uma região que vem sendo revitalizada. A grande diferença em relação a outros imóveis do tipo, no entanto, não está em suas características visíveis. E sim no fato de que uma laje do prédio, um ativo do mundo real, foi transformada em ativo digital e está sendo vendida em 25 mil pedacinhos - ou tokens.

Quem investe em cada um desses tokens por US\$ 140 (pouco mais de R\$ 700) se torna dono de 0,0458 m² do espaço e tem direito a quinhão do valor do aluguel. A remuneração se dá pelo pagamento de dividendos proporcionais à quantidade de tokens que o investidor possui, cuja rentabilidade é estimada em 6% ao ano, corrigida anualmente pelo índice IGP-M. A transação é feita pela Kodo Assets, especializada em tokenização de ativos do mercado imobiliário e proprietária de R\$ 18,2 milhões do edifício.

O setor imobiliário é um dos que estão mais avançados no processo de tokenização no País. Mas está longe de ser o único que se move nesta direção. Neste ano, três grandes bancos anunciaram sua entrada na tokenização: Itaú Unibanco, Banco do Brasil e Santander Brasil.

A tokenização vem ganhando espaço no mercado financeiro global. Tanto que o Boston Consulting Group (BCG) projeta que 10% do PIB mundial, ou US\$ 16,1 trilhões, estarão em ativos tokenizados até 2030. Neste ano, a consultoria estima que haja, pelo menos, US\$ 310 bilhões já no mundo, considerando somente tokens de ativos reais, como ações, commodities, imóveis e títulos de dívida, por exemplo.

O Brasil se destaca quanto ao interesse do mercado institucional, ou seja, os bancos e fundos. Segundo pesquisa do Banco de Nova York Mellon, 60% dos investidores institucionais brasileiros

já avaliam investir ou investem em ativos tokenizados. O País só fica atrás de Cingapura e Hong Kong, que têm 75% de interesse cada.

A posição de destaque do Brasil no cenário mundial de ativos digitais e tokenização é também citada por Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central, que desde setembro faz parte do conselho consultivo global da Binance, a maior corretora de criptoativos do mundo. “A tokenização pode, sim, facilitar os investimentos no mundo todo, inclusive no Brasil, na medida em que o País prossiga nessa linha, como já faz, de agir rápido, sair na frente”, afirmou em entrevista exclusiva.

O próprio Banco Central criou um grupo de trabalho para tokenização, anunciado no último dia 12, para estudos sobre atividades de registro, custódia, negociação e liquidação de ativos financeiros em infraestrutura de registro distribuído (Distributed Ledger Technologies, em inglês - DLT), mais



conhecida como blockchain. A resolução entra em vigor dia 1º de janeiro, e o GT terá duração de 180 dias, prorrogáveis. Dentre as atribuições do grupo de estudos está a avaliação do grau de segurança das soluções de tokenização e eventual proposição de ajustes regulatórios.

Leandro Vilain, diretor de Inovação, Produtos e Serviços Bancários da Febraban, destaca que a instituição começou a implementar medidas para tokenizar o mercado bancário

O processo de tokenização da economia também vai permitir que operações financeiras ocorram 24 horas. “Trata-se de um processo irreversível, e é questão de tempo até que o mundo seja tokenizado”, diz o diretor de Inovação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Leandro Vilain. Ele pondera que, nesse estágio inicial, testes precisam ser feitos no Brasil. “Precisamos construir a infraestrutura, testar protocolos e a velocidade de transações. Uma série de soluções da tecnologia precisa ser testada.”

Com blockchain, qualquer ativo pode virar token

Tokenizar algo é transformar um bem qualquer em sua representação digital, registrada em uma rede blockchain, que por sua vez é a tecnologia de criptografia que sustenta as criptomoedas e outros ativos digitais. “Vai se criar uma representação digital de um ativo que potencialmente pode circular na economia global de uma forma mais eficiente que os meios tradicionais”, explica o advogado e professor do Ibmecc, Isac Costa.

Para Eduardo de Paiva Gomes, coordenador da primeira enciclopédia da América Latina sobre criptoativos, tudo pode virar token. Quando a posse de um ativo é colocada dentro da blockchain, é possível que ela seja fracionada e vendida em pedaços menores, como ações. É possível dividir um recebível com custo de entrada elevado em pequenas partes, a fim de torná-lo acessível para um número maior de investidores. “Isso vai dar liquidez a ativos que, antes, poderiam levar anos para serem transacionados”, explica Paiva.

A lógica vale para qualquer ativo tokenizado, como ações de empresas, commodities, imóveis e, inclusive, o próprio livro dele, que está sendo vendido em uma coleção de 100 NFTs, com benefícios exclusivos como conteúdo adicional, cópia física autografada e podcast gravado pelos organizadores.

A tokenização também se propõe a resolver algumas problemáticas atuais do mercado, como a dificuldade para fazer operações de câmbio, que têm custo elevado e podem levar até dois dias úteis para serem finalizadas, e a interrupção das negociações durante o período não comercial.

‘Tokeneconomia’ como método de avaliação



O processo é tão aderente aos pilares da economia que surgiu o termo “tokenomics” (algo como “tokeneconomia”). É um método de avaliação de projetos que se vale de fundamentos de finanças aplicados aos ativos digitais. “Como a economia explica o funcionamento das moedas, o tokenomics é o processo que estuda e define o comportamento de um token, como o valor, a emissão e a utilidade do ativo digital”, diz o diretor global de estratégia cripto na 11:FS, Maurício Magaldi.

Avaliar a tokeneconomia de um projeto ou ativo é também uma questão de segurança do investimento. O advogado Isac Costa destaca que há riscos nessa área como insegurança jurídica, baixa liquidez no mercado secundário e má qualidade de ativos ou de gestão do serviço. “Há oportunistas que tokenizam recebíveis que não vão ser pagos, ativos que não deveriam ser comercializados para o público geral”, afirma Costa. “O que (essas pessoas) fazem?: ‘Vamos tokenizar esses ativos, porque todo mundo está enlouquecido querendo comprar tokens e as pessoas não vão olhar corretamente a qualidade desses ativos”.

Segundo ele, criminosos se aproveitavam, até então, da falta de regras no setor, o que pode começar a mudar com a aprovação do Projeto de Lei 4401/21, que regulamenta o funcionamento das corretoras de criptoativos no Brasil, e foi sancionado nesta quinta-feira. Porém, o texto não traz um capítulo específico para os tokens. “É generalista e praticamente não traz nenhuma norma concreta. Em função de um período de transição longo e de um detalhamento posterior que vai ser feito pelo Executivo federal, esse projeto vai demorar algum tempo para ter efeito prático”, diz o advogado. Costa prevê que esse período possa levar dois anos.

Ainda assim, ele acredita que a tecnologia da blockchain deve ser incorporada integralmente pelo sistema financeiro tradicional. “É possível que a infraestrutura de mercado financeiro seja transformada de forma irreversível e que esse processo que, hoje, a gente chama de tokenização, vire um lugar comum”, diz o advogado.

Há quem critique a adesão do mercado institucional ao universo cripto, nem tanto pelo risco, mas pela centralização de um ambiente que nasceu anárquico. O Bitcoin, criptomoeda mais popular, tem por princípio ser uma moeda independente de qualquer governo ou proprietário e rodar num ambiente tecnológico descentralizado. “Acho que os tokens são uma farsa; você tem de confiar no controlador central dele. Isso está sendo mostrado agora, com o caso FTX”, diz o desenvolvedor de Bitcoin Jimmy Song, referindo-se à FTX, até então a segunda maior corretora de criptomoedas do mundo, que entrou em falência recentemente. (Reportagem de Ana Ritti, Beatriz Capirazi, Gabriel Tassi, Guilherme Naldis, Maria Lígia Barros, Rebecca Crepaldi e Zeca Ferreira)

Expediente

Reportagem | Alunos da 12ª turma do Curso Estadão de Jornalismo Econômico: Adrielle Farias, Alex Braga, Ana Clara Praxedes, Ana Luiza Serrão, Ana Ritti, Beatriz Capirazi, Carolina Maingué Pires, Davi Valadares, Erick Souza, Fernanda Paixão, Gabriel Tassi, Guilherme Naldis, Jean Mendes, Jennifer Neves, Lara Castelo, Letícia Araújo, Luiz Araújo, Maria Clara Andrade, Maria Lígia Barros, Paulo Renato Nepomuceno, Pedro Pligher, Rebecca Crepaldi, Renata Leite e Zeca Ferreira

Edição e coordenação | Carla Miranda e Luana Pavani

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 23/12/2022

AGRONEGÓCIO DEVE RESPONDER POR METADE DA ALTA DO PIB DE 2023

Prognóstico de economistas se baseia na perspectiva de novo recorde na safra de grãos, em especial da soja

Por Eduardo Laguna

Diante da freada provocada pelos juros elevados não só por aqui, mas também no exterior, o Brasil terá que, mais uma vez, contar com a força do campo para escapar do baque econômico que assombra os países ricos. Conforme os cenários traçados por economistas, deve vir da

agropecuária entre metade e 75% do modesto crescimento previsto para o Produto Interno Bruto (PIB) do ano que vem.

O prognóstico se baseia na perspectiva de não repetição das adversidades climáticas que comprometeram as lavouras neste ano, o que deve confirmar um novo recorde na safra de grãos, em especial da soja. Como se trata de alimentos - ou seja, um produto essencial -, as exportações dos produtores agrícolas estão, em tese, menos expostas ao esfriamento da economia global.



Exportação de alimentos deve ser menos afetada pela contração econômica mundial Foto: Adilvan Nogueira/Estadão

O relaxamento das restrições à mobilidade da política de covid zero na China também abre um cenário menos nebuloso ao comércio internacional, apesar da conjuntura difícil em função da guerra na Ucrânia e do risco de recessão tanto nos Estados Unidos quanto na Europa.

As projeções de mercado coletadas pelo Banco Central (BC), divulgadas no boletim Focus, apontam hoje um crescimento de 4,1% da agropecuária no ano que vem. Se confirmado o prognóstico, o setor, que, conforme as projeções, deve terminar 2022 praticamente empatado com 2021, ganharia tração e marcaria o maior crescimento entre os componentes do PIB pela ótica da oferta.

“O crescimento global mais fraco pode afetar as exportações, mas os alimentos sofrem menos por sua essencialidade, que assegura uma demanda cativa no exterior, além da possibilidade de uma maior reabertura na China”, comenta Flávio Serrano, economista da BlueLine, para quem o agronegócio pode ajudar a “salvar” o que poderiam ser três trimestres consecutivos de retração do PIB. “Vai evitar um resultado pior.”

O arrocho monetário, que já se manifesta na atividade econômica, combinado à sinalização do BC de juros altos por período prolongado, não deve dar trégua nos próximos seis meses, castigando em maior intensidade as atividades mais sensíveis a crédito, como a construção civil e a indústria de bens duráveis.

Essa freada vinda dos juros não deve ser suficiente, porém, para derrubar o consumo das famílias, dada a recuperação da renda com a expansão de programas sociais e dos salários, em função de um mercado de trabalho aquecido, além da desinflação esperada.

Com isso, mesmo perdendo tração com o esgotamento dos efeitos da reabertura - uma das principais forças do crescimento da atividade neste ano -, o setor de serviços deve continuar contribuindo positivamente ao PIB. As previsões de mercado são de crescimento de 0,9% dos serviços em 2023, bem menos do que os 3,7% de 2022. Para a indústria, a tendência é de estagnação: alta de apenas 0,2%.

“Nossa expectativa é de que aproximadamente metade da expansão do PIB do próximo ano seja resultado do crescimento do PIB agropecuário. O setor de serviços também deve contribuir positivamente, enquanto projetamos um PIB industrial próximo da estabilidade”, diz Natalia Cotarelli, economista do Itaú Unibanco.

Menos de 1%

Há dúvidas entre os economistas sobre qual será o saldo entre a retomada dos investimentos públicos no primeiro ano de governo Lula e o impacto das incertezas fiscais sobre a confiança e o custo de financiamento dos investimentos privados. A expectativa, por enquanto, é de um

crescimento de apenas 1% da formação bruta de capital fixo, sinônimo de investimentos, no ano que vem.

Quando se coloca todas as variáveis na equação, o resultado é uma economia que volta a crescer abaixo do padrão dos três anos anteriores à pandemia. Entre 2017 e 2019, a atividade já era morna, porém não crescia menos do que 1%, como se prevê para o ano que vem. “A tendência é termos uma economia de baixo dinamismo, com mais vetores baixistas do que altistas”, afirma Lucas Maynard, economista do Santander.

Nas contas do Santander, a agropecuária deve crescer 7,5% no ano que vem, representando algo entre 60% e 75% do crescimento previsto para todo o PIB: 0,8%.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/12/2022

SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES PREVÊ INVESTIR R\$ 35 BILHÕES EM 2023

Patamar é semelhante aos aportes realizados neste ano pelas empresas

Por Circe Bonatelli



Principal destino dos investimentos das teles é a ampliação do 5G Foto: by Sam Yeh / AFP

As maiores operadoras de telecomunicações devem investir, juntas, algo em torno de R\$ 35 bilhões no ano que vem, montante praticamente estável na comparação com os aportes realizados ao longo deste ano. A estimativa é da Conexis, sindicato patronal que reúne Vivo, TIM, Claro, Oi, Algar e Sercomtel. Nos primeiros nove meses de 2022, os investimentos do setor totalizaram R\$ 26,5 bilhões.

A grande maioria dos recursos está sendo destinada à instalação de redes e antenas utilizadas na cobertura do 5G. A nova geração de internet foi ativada em todas as capitais estaduais, com cobertura em uma boa parte dos bairros, conforme determinado no leilão de autorização de uso das frequências, realizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Nesta primeira fase, as teles instalaram três vezes mais antenas do que a previsão legal. A estratégia foi oferecer uma velocidade de navegação maior e a melhora no uso dos consumidores, com o intuito de incentivar a migração para planos com mais dados (e preços mais altos também). Em 2023, o 5G será ativado também nas cidades acima de 500 mil habitantes e nas regiões metropolitanas, o que continuará demandando investimentos.

Empresas investirão também em redes de fibra ótica

Com o avanço da nova tecnologia de internet móvel, a expectativa é que será possível começar a ver também as primeiras aplicações do 5G no mercado. Outro destino dos aportes das companhias será a instalação de redes de fibra ótica e a aquisição de modems para banda larga.

O levantamento da Conexis mostrou também que a receita bruta do setor alcançou R\$ 69,5 bilhões no terceiro trimestre, aumento nominal de 6,8% em relação ao mesmo período de 2021. Já em valores reais (descontada a inflação), houve queda de 2,1%. A maior participação na receita foi da telefonia móvel, com 39% do total, seguida por banda larga fixa, com 28%. O restante veio de telefonia fixa, TV por assinatura, venda de aparelhos, prestação de serviços de tecnologia, entre outros.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/12/2022

TARCÍSIO VAI A LULA PARA TENTAR CONVENCER GOVERNO FEDERAL A MANTER LEILÃO DO PORTO DE SANTOS

Governador eleito de São Paulo vai propor uma conversa direta com Lula e com o futuro ministro de Porto e Aeroportos, Márcio França, para tentar evitar cancelamento de concessão portuária, que estava próxima de seu leilão

Por André Borges

BRASÍLIA – O governador eleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas, vai propor uma conversa direta com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e o futuro ministro de Porto e Aeroportos, Márcio França, anunciado nesta quinta-feira, 22, para tentar convencer a nova gestão federal de que é preciso avançar com o leilão do Porto de Santos, em São Paulo, maior complexo portuário da América Latina.

Mais cedo, logo depois de ter sido nomeado ministro por Lula, Márcio França afirmou que o porto de Santos, em São Paulo, não seria mais concedido à iniciativa privada. Ele disse que a decisão está tomada e que o novo governo vai manter, apenas, a atual estrutura da autoridade portuária.

O plano de concessão de Santos, que estava previsto para os próximos meses, era aguardado como a segunda maior concessão do governo Bolsonaro, depois da oferta de ações feitas da Eletrobras. A minuta do edital de concessão vem sendo analisada pelo Tribunal de Contas da União.

O Estadão apurou que essa deve ser uma das primeiras agendas que Tarcísio pretende viabilizar no início de seu mandato, para tentar dar andamento ao processo de privatização do porto, rota de entrada e saída de 29% de todas as transações comerciais do Brasil.



Governador eleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas tentou concluir processo de privatização do Porto de Santos enquanto esteve à frente do Ministério da Infraestrutura Foto: Felipe Rau/Estadão

Questionado pelo Estadão, França foi taxativo. “Não será feito o leilão. A autoridade portuária vai continuar estatal. O que faremos são concessões de áreas dentro do porto, de terminais privados. Onde já foi feito, a gente respeita. Agora, há situações que não foram homologadas e que vão passar pelo crivo dos técnicos do novo governo”, disse o futuro ministro. “Nós não temos problemas de ter concessões privadas, mas precisamos de alguns controles. Temos de rever isso. Nós pedimos que fosse tudo adiado para que o presidente possa opinar.”

Dentro do governo paulista, a aposta é de que, com diálogo, é possível reverter a posição já adiantada por Márcio França. Segundo interlocutores, Tarcísio de Freitas, que já foi ministro da Infraestrutura, acredita que, ao se aprofundar no assunto, o governo petista restará convencido de que, assim como já fez com estradas e aeroportos, a oferta do Porto de Santos é o caminho para garantir os investimentos necessários para a expansão de uma estrutura que já chegou ao limite.

Tarcísio tem sinalizado que vai buscar uma relação de parceria com o governo Lula e que sua gestão e a do petista, conforme definiu uma fonte do alto escalão paulista, “são sócias e querem que São Paulo cresça, para o bem de todos”. Procurado, Tarcísio de Freitas não comenta o assunto.

O tema é de tal relevância para o novo chefe do governo paulista, que, segundo o Estadão apurou, já acionou o presidente do PSD, Gilberto Kassab, que ocupará o cargo de Secretário de Governo do Estado de São Paulo. O pedido foi que ele entrasse nas conversas com o futuro governo federal a respeito da concessão do porto.



Márcio França, novo ministro de Portos e Aeroportos, disse que governo petista não é contra as concessões, mas que gestão de portos deve ficar nas mãos do Estado Foto: Flavio Corvello/Estadão

França disse na quinta que o novo governo não é contra as concessões, mas que cada estratégia será repensada a partir de 2023. “A questão portuária e aeroviária é estratégica para o País. Não me parece que tenha muito sentido a gente ter como concorrente outras empresas estatais de outros

países para concorrer com a gente”, comentou. “O governo não tem problema em fazer concessões de áreas públicas, mas a autoridade que continua controlando tem que seguir pública.”

O processo de concessão do Porto de Santos estava avançado e Tarcísio de Freitas, desde o ano passado, tentou fazer com que o leilão acontecesse ainda neste ano, mas houve atraso em diferentes etapas do processo. Hoje, a minuta do edital está no Tribunal de Contas da União (TCU), última etapa que faltava para que a data do leilão fosse marcada.

O que está em jogo é um leilão previa exigências de investimentos de R\$ 18,5 bilhões em projetos de melhorias, ampliação e manutenção. Outros R\$ 2,9 bilhões seriam reservados para a construção de um canal submerso para ligar Santos e Guarujá. Pelo plano, a atual gestora do porto, a estatal Santos Port Authority (SPA, antiga Codesp), seria integralmente privatizada. É isso o que a gestão petista não quer.

Por trás do plano de privatização do porto estava a necessidade de aumento de capacidade do complexo. O plano de expansão logística nacional aponta que o Brasil precisaria investir cerca de R\$ 75 bilhões por ano, até 2035, para fazer frente às necessidades do País em todo setor de transporte. Neste ano, porém, a União conta com cerca de R\$ 6,5 bilhões para todo setor logístico federal.

Edeon Vaz, diretor executivo do Movimento Pró-Logística, especializado em rotas do agronegócio, diz que, caso o governo petista mantenha o cancelamento do leilão, terá que apresentar uma saída para manter a estrutura. “Em Santos, quem atua já são empresas concessionadas ou terminais privados. Se a concessão da gestão do porto não é a solução, será necessário achar outra forma de garantir a ampliação de uma estrutura que não pode parar e que é uma das mais importantes do mundo”, comentou. “É uma rota vital para o agronegócio e demais setores do País e depende desse crescimento para continuar assim.”

Governo paulista quer túnel Santos-Guarujá

O governo de São Paulo não está disposto a abrir mão de uma das obras mais emblemáticas que foram incluídas no processo de concessão do Porto de Santos e que, agora, está suspensa: o túnel submerso que prevê a ligação das cidades de Santos e Guarujá.

Hoje, esse caminho é feito por estrada, em um trecho de 43 quilômetros de extensão. Outra opção é cruzar os municípios por meio de uma balsa. Já o túnel submerso terá apenas 1,7 quilômetros de extensão.

O valor desta obra está estimado em R\$ 2,9 bilhões e foi incluído como uma das exigências do leilão. Uma vez pronta, a estrutura deverá ser utilizada por aproximadamente 40 mil pessoas por dia.

O Estadão apurou que, se não houver acordo com o governo federal, a gestão paulista pretende tocar o projeto sozinha. A obra poderia ser feita com uso de recursos públicos e por meio de

contrapartidas envolvendo, por exemplo, a oferta de uma nova concessão estadual de um trecho da Rodovia Mogi-Bertioga.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 23/12/2022

Valor

INFORMAÇÃO QUE VIRA DINHEIRO.

VALOR ECONÔMICO (SP)

RUMO AMPLIARÁ ATUAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-NORTE DO PAÍS

Plano inclui a construção de uma nova ferrovia em Mato Grosso

Por *Érica Polo* — De São Paulo



Pedro Palma, vice-presidente comercial da Rumo: modelo de expansão envolve estudos sobre as demandas regionais e a escolha de parceiros ligados ao agro — Foto: Carol Carquejeiro/Valor

Instalando “paradas de trem” ao longo da Ferrovia Norte-

Sul, uma espinha dorsal no centro do Brasil que liga Tocantins a São Paulo, a Rumo planeja ampliar a venda de bilhetes de transporte aos maiores produtores agrícolas do país a partir de 2023.

As “estações” são, na verdade, terminais de prestação de serviços construídos em municípios-chave, junto com parceiros, com o intuito de atrair clientes em um determinado raio de ação. “É o nosso ponto de venda. A nossa ‘lojinha’”, resume Pedro Palma, vice-presidente comercial da Rumo, sobre os terminais.

“Estudamos a demanda local e como atendê-la, como quem vai instalar um supermercado”, continua o executivo. “E trabalhamos com um parceiro, como em um sistema de franquias, para melhor atender o cliente final em cada região”.

Depois que ganhou a concessão da ferrovia, em 2019, a companhia fincou três terminais: em São Simão e Rio Verde, em Goiás, e em Iturama – o primeiro da companhia em Minas Gerais. Sem contar os investimentos dos parceiros, os aportes somam cerca de R\$ 500 milhões.

Desde que as operações na Ferrovia Norte-Sul – batizada pela Rumo de “Malha Central” – começaram efetivamente, em 2021, a movimentação de cargas dobrou. No ano passado, foram transportados 3,4 milhões de toneladas de soja, farelo de soja e milho. Em 2022, com novas parcerias firmadas em açúcar e adubos, o volume total chegou a 7,5 milhões de toneladas até novembro.

Embora ainda não possa detalhar os próximos passos, Palma diz que novas parcerias estão previstas e poderão sair do papel já em 2023. Por ora, a Rumo estuda a instalação de dois novos terminais para grãos no sul de Tocantins e no norte de Goiás.

Mas, para que a operação ferroviária possa ocorrer em sua totalidade nessa malha, ligando São Paulo a Tocantins, será preciso concluir o trecho em Goiás que liga Rio Verde e Anápolis, que não foi feito pelo governo federal. A empresa quer terminar a obra em 2023.

Nos trilhos

Rumo amplia operações em regiões do agro



Imagem: Valor Econômico

O plano da Rumo para ganhar musculatura no Centro-Norte inclui, também, a construção de uma ferrovia “vizinha” – trecho que será a continuação da chamada “Malha Norte” -, que subirá o mapa por Mato Grosso. Esta ferrovia (Ferrovia de Integração Estadual) vai ligar Rondonópolis, onde a empresa já tem um terminal importante, a Lucas do Rio Verde, e também chegará a Cuiabá.

Será a primeira ferrovia do país construída pela iniciativa privada, reitera Palma. Com a estrutura que tem hoje em Mato Grosso (ver mapa), a operadora logística ajuda a movimentar 44% das exportações de soja, farelo e milho do Estado.

O plano para ampliar os negócios permitirá a criação de novas possibilidades para o escoamento da safra do Centro-Norte até os portos do Sudeste e do Sul. E levar fertilizantes ao coração do país também faz parte do plano.

O movimento deverá acelerar a competição entre modais logísticos

na região. Vale lembrar que a saída do agro pelo Norte do país tem crescido bastante nos últimos anos – e em meio aos prestadores de serviços presentes na região há companhias do porte da VLI.

O projeto da Rumo na Malha Central, ou Ferrovia Norte-Sul, teve início, na prática, com a construção do primeiro terminal com esse molde em São Simão, em 2021. Ali, o parceiro comercial é a Caramuru, e a estrutura movimenta soja.

O investimento foi feito em conjunto, e a partir do contrato nasceu uma terceira empresa, na qual a concessionária detém 51%. A Rumo vende o serviço ferroviário. Parte da capacidade operacional do terminal é usada pela própria Caramuru, e o restante atende a terceiros.

“Uma característica comum desses projetos [terminais] é abrir o uso da ferrovia para o maior número de clientes possível”, acrescenta Palma. Ou seja, à parte do modelo de negócios de cada parceria, todos os terminais são “bandeira branca”, e desse modo não atendem somente os parceiros comerciais.

Os outros dois terminais localizados na Malha Central foram inaugurados em meados deste ano. Um deles começou a operar em parceria com a Usina Coruripe, que fez o investimento total. A

usina, também cliente da Rumo, tinha uma unidade de produção de açúcar no município. O terminal tem capacidade para movimentar cerca de 2 milhões de toneladas de açúcar por ano.

A Coruripe precisa de pouco menos da metade. “Nos comprometemos a trazer carga de outros clientes da região para usar parte da ociosidade do sistema, e a Coruripe recebe remuneração por esses volumes”, afirma Palma.

Já em Rio Verde há um complexo para grãos, fertilizantes e combustíveis. Em adubos, o parceiro é a Andali – joint venture entre a CHS Agronegócios, braço brasileiro da maior cooperativa agrícola dos Estados Unidos, BRFértil Fertilizantes e duas holdings fundadoras. A operação começou no segundo semestre e armazena e mistura nutrientes.

A Andali, que também fez o aporte na estrutura local, projeta movimentar 2 milhões de toneladas até 2024. O outro parceiro do complexo, mas em combustíveis, é a DTC, que deverá operar a partir de 2023.

Ao todo, o investimento da Rumo em infraestrutura na Malha Central soma R\$ 4 bilhões, e até agora as operações ajudaram a companhia a responder pela movimentação de 30% da soja e milho de Goiás e leste de Mato Grosso.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 23/12/2022

RJ TERÁ PLATAFORMA PARA CONECTAR FORNECEDORES E CONSUMIDORES EM GERAÇÃO SOLAR DISTRIBUÍDA

A plataforma vai ser financiada pela GNA com recursos do decreto do governo do Estado
Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio

A Gás Natural Açú (GNA) informou à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado do Rio de Janeiro que vai financiar o desenvolvimento de uma plataforma para conectar fornecedores e consumidores que queiram investir em geração solar distribuída. Nesse modelo, o consumidor é responsável pela geração da própria energia.

A ferramenta, batizada como Marketplace Solar, vai ser desenvolvida pelo IAG-Escola de Negócios da PUC-Rio e visa integrar os consumidores que desejam investir em geração distribuída solar, situados no Estado do Rio, com os fornecedores de equipamentos, terrenos e materiais para a viabilização dos projetos.

A plataforma vai ser financiada pela GNA com recursos do decreto que concede tratamento tributário especial para usinas de geração de energia elétrica no Estado.



Energia solar — Foto: Pixabay

Segundo o decreto, empresas beneficiadas pela isenção tributária na aquisição do gás natural, como é o caso da GNA, devem investir pelo menos 2% do custo do combustível em projetos de energias renováveis, como mecanismo de compensação energética.

A GNA opera o parque termelétrico no Porto do Açú, no norte fluminense, e é uma parceria entre a Prumo, responsável pelo porto, BP, Siemens e a chinesa SPIC.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 23/12/2022

LULA ANUNCIA MINISTROS DO PT, PSB E MILITÂNCIA NA SOCIEDADE CIVIL

Novos anúncios devem ser feitos até terça

Por *Andrea Jubé, Matheus Schuch, Estevão Taiar e Caetano Tonet* — De Brasília



Lula: presidente eleito afirmou, durante anúncio de parte da equipe ministerial, que é “é mais difícil montar um governo do que ganhar eleições” — Foto: *Eraldo Peres/AP*

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), anunciou um novo lote de 16 ministros nesta quinta-feira, totalizando até agora 21 nomes que comporão a nova Esplanada. Além de confirmar o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) para o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), ampliando o espaço do aliado no governo, ele conferiu diversidade ao primeiro escalão para atender às cobranças de eleitores e representantes da sociedade civil que o apoiaram desde o início da campanha.

Lula indicou as primeiras mulheres e primeiros representantes negros do alto escalão, embora tenha adiado, novamente, a definição do espaço de duas protagonistas da campanha, que se tornaram cabos eleitorais estratégicos no segundo turno: Simone Tebet (MDB-MS) e Marina Silva (Rede-SP).

Primeiro escalão

Lula anunciou hoje mais 16 nomes para ministérios

Secretaria das Relações Institucionais	Alexandre Padilha
Secretaria-Geral	Márcio Macedo
Advocacia-Geral da União	Jorge Messias
Controladoria-Geral da União	Vinicius Carvalho
Ministério da Saúde	Nisia Trindade
Ministério da Educação	Camilo Santana
Ministério da Gestão	Esther Dweck
Ministério dos Portos e Aeroportos	Márcio França
Ministério da Ciência e Tecnologia	Luciana Santos
Ministério da Mulher	Cida Gonçalves
Ministério do Desenvolvimento Social	Wellington Dias
Ministério da Cultura	Margareth Menezes
Ministério do Trabalho	Luiz Marinho
Ministério da Igualdade Racial	Anielle Franco
Ministro dos Direitos Humanos	Silvio Almeida
Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	Geraldo Alckmin

Ministros que já tinham sido anunciados

Casa Civil	Rui Costa
Fazenda	Fernando Haddad
Justiça e Segurança Pública	Flávio Dino
Defesa	José Múcio
Relações Exteriores	Mauro Vieira

Fonte: Governo eleito

Até o momento, o presidente eleito abriu espaço para PT, PSB, PC do B e militância, o núcleo original da aliança de sua candidatura. Após o Natal, Lula anunciará os últimos 16 auxiliares, egressos das forças que entraram num segundo momento da campanha ou pós-eleição.

Parte do ministério será de governadores da safra recente: Flavio Dino (PSB-Maranhão) na Justiça e Segurança Pública; Camilo Santana (PT-Ceará) na Educação; Wellington Dias (PT-Piauí) no Desenvolvimento Social; e Rui Costa (PT-Bahia) na Casa Civil.

Dos 21 futuros ministros, dez são petistas que exerceram mandato eletivo e quatro são técnicos que participaram dos governos Lula e Dilma, como Cida Gonçalves, futura ministra da Mulher, e Esther Dweck, futura titular da Gestão e Inovação.

Lula também fez críticas veladas ao seu antecessor, que no início do mandato resistiu a nomear políticos para o primeiro escalão, alardeando que escalaria somente quadros técnicos. O presidente eleito indicou o time de ex-governadores que compõe seu futuro ministério, ponderando que não se pode condenar quem faz política, e que os quadros políticos que escolheu mostrarão que são capazes de fazer um bom governo.

Também em tom de crítica ao presidente Jair Bolsonaro (PL), Lula afirmou que seu governo vai “aumentar ministérios, mas não os gastos”. Segundo ele, “todo mundo vai começar apertando o



cinto”, já que a dificuldade fiscal “será muito maior do que em 2010”, quando ele deixou a Presidência da República.

“Vamos fazer todo o esforço para que o pouco dinheiro que o país está arrecadando chegue às pessoas mais necessitadas”, comprometeu-se. Além de exaltar que não nomearia políticos, Bolsonaro reduziu o número de ministérios para 23 pastas, enquanto o petista divulgou que contará com 37 auxiliares.

Depois que o coordenador-geral da transição, Geraldo Alckmin, apresentou o relatório final dos trabalhos, Lula elevou as críticas ao seu antecessor. “Eu não pretendo fazer pirotecnia com material entregue, mas quero que a população saiba que país recebemos, em situação de penúria”, afirmou, ao discursar no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde trabalha a equipe de transição.

Em tom de ironia, e sem citar o nome do antecessor, Lula atribuiu os dados negativos indicados no relatório ao comportamento do atual presidente, que “preferia contar mentiras no cercadinho [local onde conversava com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada] do que governar este país”.

Entre os novos indicados estão a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade (Saúde), a cantora Margareth Menezes (Cultura), o ex-governador Márcio França (Portos e Aeroportos) e o ex-ministro Luiz Marinho (Trabalho). A Secretaria de Relações Institucionais vai para o deputado Alexandre Padilha (PT-SP). Anielle Franco, irmã de Marielle (morta em 2018), ficou com a Igualdade Racial, a vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos (PCdoB), com Ciência e Tecnologia, e o advogado Silvio Almeida, expoente do combate ao racismo, com a pasta de Direitos Humanos.

O momento de descontração coube ao anúncio do futuro titular da Controladoria-Geral da União, Vinicius Carvalho, cujo nome Lula havia pulado, e foi alertado por Gleisi da gafe. “Até parece que eu não quero ser fiscalizado”, disse, com bom humor.

Lula abriu o discurso agradecendo aos presidentes da Câmara, Senado, lideranças e parlamentares a aprovação da PEC da Transição. Ele disse que “o que parecia impossível aconteceu”, com uma votação “expressiva”, com participação inclusive de partidos da oposição.

Para Lula, a PEC é “primeira e importante fase do governo” que vai tomar posse. “Acho que é a primeira vez que um presidente da República começa a governar antes da posse”, descontraui. Segundo o presidente eleito, “todo mundo sabia” que a PEC não era em benefício do novo governo, mas para “cobrir a irresponsabilidade do governo que vai sair”.

Antes de Lula, a coordenadora política da equipe de transição, Gleisi Hoffmann (PT), afirmou que “teremos à frente grande trabalho para [realizar] a reconstrução” do país. “A transição mostrou alto grau de destruição do Brasil”, ressaltou.

Além de Tebet e Marina, estão com os destinos indefinidos os aliados do PSD, MDB, PDT e Solidariedade, além do grupo político do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cujo ministeriável é o líder do União Brasil e relator da PEC da Transição, Elmar Nascimento (BA).

Lula resiste ao nome de Elmar, porque ele o chamou de “ladrão” durante a campanha na Bahia. Mas com a ajuda de Lira e Elmar para aprovar a PEC da Transição, Lula deve relevar o episódio e nomear Elmar, para espaço ainda em discussão.

Entre os nomes que devem ser anunciados na próxima semana, há dois quadros já definidos com o presidente do PSD, Gilberto Kassab. O senador não reeleito Alexandre Silveira, do PSD de Minas Gerais, deverá assumir o cobiçado Ministério de Minas e Energia. Silveira representa o seu partido, bem como o grupo do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que atuou nos bastidores para garantir a aprovação da PEC da Transição na Casa. O outro ministro do PSD também será um senador: Carlos Fávaro (MT), que será nomeado para o Ministério da Agricultura. Ele ajudou Lula junto ao agronegócio, segmento mais resistente ao petista na campanha.

Ainda faltam nomes do PT para serem anunciados, porque Lula tem que encontrar espaço no primeiro escalão para acomodar as diversas tendências internas da legenda. Dessa forma, nos próximos dias, Lula deverá confirmar o deputado federal Paulo Teixeira (SP) no comando do Ministério das Comunicações, e o deputado federal Paulo Pimenta (RS) à frente da Secretaria de Comunicação Social (Secom). Durante o discurso, Lula desabafou: “é mais difícil montar um governo do que ganhar eleições”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/12/2022

TRANSIÇÃO QUER ‘REVOGAÇÃO’ DE SIGILOS E DECRETOS SOBRE ARMAS

Grupo também sugere fim de escolas civico-militares e revisão de reformas econômicas

Por Lu Aiko Otta e Edna Simão — De Brasília

Marcos do governo de Jair Bolsonaro como a facilitação de acesso a armas, as escolas cívico-militares e o sigilo de 100 anos para documentos do governo estão na lista de atos cuja revisão é recomendada ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental, divulgado ontem. O texto fala também em rever pontos das reformas trabalhista e previdenciária.

“É necessária a revisão dos marcos regressivos das reformas trabalhista e previdenciária, que criaram regras de acesso ao Regime Geral equivalentes ou mesmo superiores às praticadas por países desenvolvidos e que desconsideram a dramática realidade do mercado de trabalho brasileiro”, afirma. As reformas trabalhista (2016) e previdenciária (2019) são considerada no mercado como marcos que melhoraram o ambiente de negócios e a trajetória fiscal do País.

Grupo também sugere fim de escolas civico-militares e revisão de reformas econômicas

Além da lista de medidas a serem revisadas numa espécie de “revoação”, o documento traz um retrato sobre o “desmonte do Estado e das políticas públicas”, um mapeamento das emergenciais fiscais e do Orçamento e a nova estrutura de governo, com 37 ministérios.

Ao apresentar o relatório, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, listou alguns pontos de destaque: o valor congelado de R\$ 0,36 por dia para a merenda escolar, a falta de recursos para as instituições federais de ensino, a redução dos recursos para o Farmácia Popular (R\$ 2,5 bilhões para R\$ 1,02 bilhão) e o fato de 50% das crianças estarem sem a dose de reforço da vacina contra a poliomielite. Falou também da dívida de R\$ 5,5 bilhões com organismos internacionais e 14.000 obras paradas.

O relatório afirma que o corte de R\$ 10,47 bilhões no orçamento do Ministério da Saúde inviabiliza programas como o Farmácia Popular, saúde indígena e HIV/Aids. Houve ainda crescimento “vertiginoso” das filas para atendimento especializado, após a pandemia.

“O governo Bolsonaro deixa para a população o reingresso do Brasil no mapa da fome: hoje são 33,1 milhões de brasileiros que passam fome e 125,2 milhões de pessoas, mais da metade da população do país, vive com algum grau de insegurança alimentar.”

Na área de infraestrutura, o relatório aponta para a queda do investimento público e fala sobre a possibilidade de rever modelos de concessão, como o critério de julgamento nas licitações de rodovias, o modelo de privatização das autoridades portuárias com exploração dos portos organizados, e a regulamentação das autorizações ferroviárias.

Entre as medidas que podem estar no “revoação”, estão as preparatórias para privatização da Petrobras, dos Correios, da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural (PPSA),



da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), da Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep), e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Sobre o acesso a armas, a sugestão é rever oito Decretos e uma portaria interministerial que, segundo o documento, permitem o acesso a armas sem fiscalização rigorosa e adequada. “O descontrole coloca em risco a segurança das famílias brasileiras e, portanto, deve ser revertido pelo Ministério da Justiça, em diálogo com o Ministério da Defesa”, propõe.

Também estão na mira os atos que, de acordo com o relatório, abrem caminho para a aceleração do desmatamento, a anulação de multas ambientais (com perda superior a R\$ 18 bilhões para os cofres públicos), a facilitação do garimpo ilegal. É proposta a retomada do Fundo Amazônia (de R\$ 3 bilhões) e a reestruturação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

O sigilo de 100 anos para documentos públicos deve ser revisto, sugere o relatório. Além disso, a Advocacia-Geral da União deve elaborar proposta de parecer vinculante “que indique o escopo de aplicação possível da atual redação da Lei de Acesso à Informação relativa à proteção de dados pessoais.”

Promessa de campanha de Lula, a ajuda aos endividados poderá contar com a revisão de um decreto editado este ano que regulou o superendividamento. A norma é objeto de questionamento no Supremo Tribunal Federal (STF).

Na área de infância e juventude, é proposta a revisão dos decretos que derrubaram regras de proteção ao adolescente aprendiz. Também é proposta a revogação do chamado “decreto da exclusão”, que exclui crianças com deficiência do convívio com as demais crianças em ambiente escolar. As escolas cívico-militares, por sua vez, devem ser objeto de uma avaliação sobre seu custo-benefício.

Na área de igualdade racial, a proposta é retomar a demarcação de territórios quilombolas. Também é proposta a revisão de portaria da Fundação Palmares que excluiu homenagem a personalidades como Gilberto Gil e Benedita da Silva, entre outros.

O relatório propõe ainda a revogação do Decreto 9.759/2019, que reduziu a participação social no governo em foros que tratam de temas como juventude, educação, direito dos trabalhadores e outros. Pede também a revogação de atos que dificultaram acesso de populares às instalações do Incra.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 23/12/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

EMBARCADORES VEEM AVANÇOS E SUGEREM MELHORIAS EM NORMA SOBRE DIREITOS E DEVERES DE USUÁRIOS E PRESTADORES

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 23/12/2022 - 16:53

RN-18/2017 da Antaq, atualizada pela RN-62/2021, completa 5 anos na próxima semana. Usuários identificam curva de aprendizado, mas com pontos para dar mais segurança jurídica à atividade

Completa cinco anos, na próxima semana, a resolução 18/2017, atualizada pela resolução 62/2021 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que estabelece as regras sobre os direitos e deveres dos usuários, dos agentes intermediários e das empresas que operam nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso, e estabelece infrações administrativas. Para entidades que representam embarcadores ouvidas pela Portos e Navios, a

resolução trouxe avanços e a agência reguladora vem passando por uma curva de aprendizado importante, mas ainda existem pontos a serem melhorados para dar mais segurança jurídica à atividade.



Arquivo/Divulgação

A Associação Brasileira dos Usuários de Transportes e da Logística (Logística Brasil) acredita que a norma trouxe segurança jurídica para os usuários e prestadores de serviços. A leitura da associação é que a norma possibilitou enxergar quais são os limites de cada um. “Hoje, os transportadores marítimos e intermediários não fazem mais o que bem entendem. Agora, eles sabem que ações, omissões e cobranças indevidas podem gerar cancelamentos de cobranças, multas e até devolução de dinheiro”, destacou o

diretor-presidente da Logística Brasil, André de Seixas.

Na avaliação da associação, é preciso entender que a norma, além de ser uma quebra de paradigma mundial, é uma das melhores do mundo para regular a relação dos usuários com os transportadores marítimos e intermediários. O entendimento da Logística Brasil é que ela trouxe garantias para todos os players e deu limites às mais diversas ‘externalidades negativas’ e ‘condutas oportunistas’ existentes ou que possam vir a ocorrer por parte dos prestadores de serviços.

“Temos muito orgulho dessa norma. Fomos nós que a semeamos e corremos atrás dela, cuja ausência, significava um atraso para o país. A semente foi plantada em uma reunião que tivemos com a diretoria da Antaq e mais de 10 servidores em 04/07/2014”, destacou Seixas. Ele lembra que, naquele momento, foi estabelecida a primeira ‘agenda positiva’ para os usuários e que a Logística Brasil, que chamava-se Ususport-RJ à época, apontou — a pedido da Antaq — as entidades que participaram da agenda.

Ele relatou que a agência, naquela oportunidade, não sabia ao certo quantos armadores estrangeiros operavam no Brasil. Seixas considera que foram anos de ‘batalha’ até a publicação da resolução em dezembro de 2017, com processos exitosos junto a órgãos de controle externo. “Mesmo com quase todos descrentes, nos propomos a fazer, diariamente, aquilo que nenhuma outra instituição estava disposta a fazer. Isso fez a diferença para todos os usuários. Hoje, temos uma agência que está, cada vez mais, conhecendo o mercado”, avaliou.

Na avaliação do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), a resolução 18/2017, atualizada no ano passado, foi um marco positivo na regulação marítima e portuária, que trouxe grande avanço regulatório na busca pela harmonização e pelo equilíbrio entre os direitos e deveres dos usuários de carga, agentes intermediários, terminais portuários e transportadores marítimos. O Cecafé também destacou o interesse da diretoria e da equipe da Antaq em aprimorar a sua regulação, visando garantir direitos e deveres, mas, também, qualidade, eficiência e modicidade nos serviços prestados, principalmente aos usuários de carga.

O Cecafé entende que ainda há grandes desafios e que a curva de aprendizado da Antaq nos últimos anos tem ajudado a cumprir o que está escrito em sua nova regulação, trazendo mais segurança aos embarcadores. “Queremos, como Cecafé, colaborar cada vez mais para empoderar a Antaq e ajudar nesse aprimoramento, pois o setor exportador de café reconhece e é testemunha desse esforço, quando do acolhimento das denúncias efetuadas pela instituição”, relatou o diretor técnico do Cecafé, Eduardo Heron.

Os exportadores de café ponderam que, apesar do grande avanço, a norma ainda carece de um aprimoramento contínuo para coibir práticas ‘abusivas e ilegais’, as quais oneram a atividade de comércio exterior do Brasil, especialmente no que tange a modicidade, eficiência e qualidade dos



serviços prestados. “Ainda hoje, é possível verificar cobranças de sobre-estadia, armazenagens e detentions abusivas e ilegais, mas a Antaq tem se mostrado atuante no cumprimento de sua norma que, para os usuários de carga, é sinônimo de segurança”, ressaltou Heron.

Na visão do Cecafé, o Brasil é um gigante no agronegócio e que a manutenção dessa conduta e a busca pelo aprimoramento regulatório permitirá ao país ser mais competitivo e gerar mais riquezas. “Por esse motivo, a importância de empoderar a Antaq, para que o agronegócio café continue levando os nossos cafés, a todo o mundo, com segurança, modicidade e eficiência”, defendeu Heron.

Empresas da Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz) alegam que têm sofrido com a falta de serviço adequado por parte de alguns armadores, especialmente na cabotagem. O advogado Osvaldo Agripino de Castro Junior, que representa a Abiarroz, também observa que quase a totalidade dos usuários não conhece as possibilidades da norma, tampouco o que a Antaq pode fazer. Ele acredita que é preciso uma campanha de divulgação da norma, investir na capacitação dos usuários e valorizar ainda mais a Antaq, empoderando-a e aumentando o seu orçamento e quadro de servidores.

Para Agripino, que participou das discussões para a concepção da RN-18/2017, editada há cinco anos e atualizada pela RN-62/2021, a norma é fruto de uma luta de quase uma década para equilibrar os serviços prestados por armadores e agentes intermediários, de um lado, e os interesses dos usuários, de outro lado, que exigem a efetividade do serviço adequado e defesa da concorrência que estão na Constituição. “No papel, a norma é muito boa, pois traz os direitos e deveres dos agentes que operam no setor, e conta com várias infrações e multas, que podem inibir condutas abusivas, especialmente no mercado de contêiner”, analisou.

Para o jurista, a norma precisa de ajustes para que haja um monitoramento preventivo das condutas, especialmente no que tange à modicidade, eficiência e regularidade (escalas) com a imposição de critérios para evitar cobranças abusivas de sobre-estadia de contêiner e dos preços de frete. “No mundo real, há muito a ser feito. O modelo de regulação da Antaq, ex-post, impõe um ônus da prova muito grande ao usuário”, comentou. O reflexo, segundo Agripino, recai nos custos logísticos da cabotagem, por exemplo, devido à concentração do mercado.

O advogado comparou que o custo logístico do transporte de um contêiner de Rio Grande (RS) para Manaus (AM), de 40 HC, aumentou de R\$ 8.800 em agosto de 2020, para R\$ 28.000 (em agosto de 2022), um reajuste de 215% — enquanto o IGP-M foi 40%. Além disso, falta contêiner e há armador que exige o transporte rodoviário da empresa até o porto, com valor do frete maior do que o associado possui. “É urgente uma cooperação maior entre o Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica], Antaq e o Ministério Público para que essas práticas sejam combatidas”, sugeriu.

Para a Logística Brasil, a regulação está em constante evolução, num processo que não tem fim. “Nos sentimos pai e mãe dela. Hoje, temos muito orgulho de ver entidades que estão utilizando a norma, reduzindo custos de suas associadas, cancelando e suspendendo cobranças ilegais, e sendo respeitadas. Quem usa a norma e não se acovarda, certamente, obtém resultados excelentes”, afirmou Seixas.

Ele disse que a associação sempre entendeu que, uma vez iniciado esse processo de regulação dos transportadores marítimos e intermediários, a curva de aprendizado da Antaq seria excelente, porque esse tipo de regulação obriga a agência a se atualizar constantemente. “Temos certeza de que o elevado nível técnico que essa norma pediu dos servidores da agência, serviu para diversas outras, em diversos temas. Essa norma elevou o nível da Antaq e colocou os usuários, os que pagam a conta, no lugar que merecem estar”, afirmou.

O diretor-presidente da Logística Brasil acrescentou que, nesse período a publicação, foi publicada a Lei 13.848/2019, determinando que, para a adoção de propostas de alteração de atos normativos

de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados serão precedidas da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), elevando o nível técnico das agências e a transparências às audiências públicas. “Todos esses fatos somados, obrigam as autarquias e todos os players do setor a elevarem seus níveis técnicos”, salientou.

A Logística Brasil avalia que a regulação precisa avançar sobre questões que fazem os usuários ‘sangrarem’, como é o caso das sobre-estadias de contêineres (regulação em audiência pública) e o Terminal Handling Charge (THC), o qual a associação entende que precisa ter mantido o caráter ressarcitório para que os usuários tenham o serviço adequado.

Da mesma forma, a associação sugere o acompanhamento do frete marítimo para evitar combinações de preços, o controle do estoque de contêineres vazios disponíveis aos usuários, a criação de sobretaxas mediante autorização da Antaq após análise, as práticas de sobrepreços, dentre outros temas. “A Antaq precisa auxiliar outros órgãos no combate à sonegação fiscal e à evasão de divisas, que é um tema que, em breve, deve ter o devido tratamento do fisco federal”, projetou Seixas.

Agripino, que é especialista em Direito Portuário, Marítimo e Aduaneiro, ainda vê a necessidade de se criar uma cultura de ‘desjudicialização’ de conflitos. Ele observa que o Judiciário está sobrecarregado e, muitas vezes, apesar do alto grau de qualificação dos magistrados, não há uma capacitação permanente para julgar as matérias técnicas e complexas de competência da Antaq. “Esse fato gera insegurança jurídica, pois o processo pode demorar anos”, apontou o advogado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/12/2022

TECMAR ADQUIRE GRUPO OLIVA PINTO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23/12/2022 - 12:28



A Tecmar Transportes, subsidiária da Log-In, adquiriu nesta sexta-feira (23) a totalidade das quotas de emissão da Oliva Pinto Logística Ltda., Oliva Pinto Locações Eirelli e Transporte Transporte Rodoviário Ltda. , que formam o Grupo Oliva Pinto.

O grupo atua há 33 anos no ramo de transporte rodoviário, movimentação logística e armazenagem de cargas, com foco na região Norte, por meio de frota própria. Possui um terminal com área total de 70.000m², situado no Distrito Industrial de Manaus (AM), com capacidade para armazenagem de

aproximadamente 7.000 TEUs, e um segundo terminal em desenvolvimento na cidade de Boa Vista (RR).

O preço base da operação, ajustado com base na dívida líquida e no capital de giro do grupo Oliva Pinto, é de aproximadamente R\$ 100 milhões, dos quais R\$ 25 milhões serão pagos à vista e o restante será retido para fazer frente a eventuais contingências do grupo, devendo ser liberado gradualmente ao longo dos próximos cinco anos.

Segundo a Log-In, a operação prescinde de aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pois não constitui ato de concentração de notificação obrigatória nos termos da Lei nº 12.529/2011 e da Resolução CADE nº 33/2022.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/12/2022



SETOR PORTUÁRIO BATE RECORDE NA MOVIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS EM OUTUBRO COM PARTICIPAÇÃO DE MAIS DE 80% DOS TUPS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23/12/2022 - 12:04

A movimentação portuária de combustíveis e óleos minerais atingiu em outubro a maior quantidade no ano de 2022. Segundo levantamento do DATaPort, banco de dados do setor portuário da ATP (Associação de Terminais Portuários Privados), foram 27,9 milhões de toneladas movimentadas, um crescimento de 4,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os Terminais de Uso Privado (TUPS) tiveram participação decisiva, sendo responsáveis por 81,7% da movimentação desse tipo de carga. Os portos públicos e privados apresentaram seus melhores números históricos de outubro, com 5,4 e 22,5 milhões de toneladas movimentadas no mês, respectivamente.

Entre os terminais privados com maior crescimento no período, estão o Terminal Aquaviário de Angra dos Reis (Transpetro), com crescimento de 57,3% e 6,2 milhões de toneladas movimentadas; o Terminal de petróleo da Vast Infraestrutura (no Porto do Açu), com crescimento de 37,8% e 3,8 milhões de toneladas movimentadas e o Terminal de Almirante Barroso (Transpetro), com crescimento de 8,3% e 5 milhões de toneladas movimentadas.

O presidente da ATP, Murillo Barbosa, lembra que os terminais privados historicamente comandam a movimentação de granel líquido. Segundo ele, no comércio exterior, houve um reaquecimento na demanda global do petróleo em outubro, motivado principalmente pelo aumento nas atividades de compra de países como China, Estados Unidos e Índia.

“Esse fenômeno pode ser observado nos índices de exportações brasileiras do período, de acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Os cinco maiores destinos de combustíveis brasileiros por via marítima foram: China, Índia, Singapura, Holanda e Estados Unidos”, destaca Barbosa.

Outro fato importante foi o avanço da demanda mundial (+1,7 milhões de barris por dia que o ano anterior) não acompanhar a produção global, que apresentou um declínio de 228 mil barris por dia comparado ao período anterior. Grandes produtores como Rússia e Arábia Saudita viram sua produção abaixo de metas estabelecidas para o período, explicando o contexto da produção global.

No Brasil, segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), acontece justamente o oposto da tendência mundial. Outubro teve a maior produção já registrada nacionalmente, tanto de petróleo quanto de gás natural. Foram 3,24 milhões de barris por dia de petróleo e 148,7 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, com crescimentos de 16,8% e 12,9% em relação ao ano anterior, respectivamente. Grande parte dessa produção é da Petrobrás; já que a empresa foi responsável por cerca de 90,8% do total produzido nacionalmente, com 75,2% desse montante vindo do pré-sal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/12/2022



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIM.COM

Este conteúdo também está no LinkedIn.com-www.linkedin.com/in/reginaldo-ferreira-0aa5161a2

Fonte : InforMS

Data: 23/12/2022